

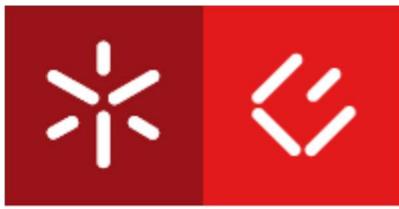


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

George Henrique de Souza Cordeiro

**PERCEÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE
CRÉDITO EXTERNO COMO ALTERNATIVA DE
FINANCIAMENTO DO PROGRAMA
ESTRATÉGICO DE DEFESA ANTIAÉREA DO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

outubro de 2019



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

George Henrique de Souza Cordeiro – PG34444

**PERCEÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE
CRÉDITO EXTERNO COMO ALTERNATIVA DE
FINANCIAMENTO DO PROGRAMA
ESTRATÉGICO DE DEFESA ANTIAÉREA DO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Negócios Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da
**Professora Doutora Cristiana Maria Silva Cerqueira
Leal**

Outubro de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório da Universidade do Minho.



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por te me proporcionado saúde e perseverança para concluir este trabalho.

A minha esposa Edneia, que ao longo desses dois últimos anos, foi muito atuante em nossa casa, viabilizando-me tempo e tranquilidade, para desenvolver os trabalhos acadêmicos.

Aos meus quatros filhos, peço desculpas pelos momentos de ausência, ao mesmo tempo que reconheço os esforços das duas mais experinetes, Gabriella e Luana, que ajudaram na criação dos mais novos Lucas e Davi.

Aos meus pais, José Carlos e Darcy, minha eterna gratidão pelos ensinamentos de vida, que sempre orientaram o meu caminho.

Rendo minhas homenagens ao Exército Brasileiro, por ter me proporcionado esta oportunidade ímpar de cursar um mestrado no exterior, contribuindo, mais uma vez, para o meu aperfeiçoamento profissional.

Agradeço à Universidade do Minho, por ter me proporcionado estruturas adequadas ao processo de ensino e um corpo docente, que cada vez mais, ajuda elevar o nome desta conceitadíssima instituição de ensino. Neste sentido, elogio a direção do Mestrado de Negócios Internacionais, na pessoa da estimada Professora Doutora Isabel Correia, coordenadora do curso.

Por fim, agradeço imensamente a Professora Doutora Cristiana Leal, pela orientação precisa e direta, a qual foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

PERCEÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO COMO ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DEFESA ANTIAÉREA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

O Programa Estratégico Defesa Antiaérea é um dos indutores do processo de transformação do Exército Brasileiro, o qual visa obter novas capacidades, para fazer frente aos desafios de um país continental.

No entanto, para obter novas capacidades em produtos de defesa há necessidade de um volume alto de recursos, devido, em parte, à complexidade tecnológica dos equipamentos. Esta obtenção se torna ainda mais difícil, quando o país enfrenta uma das maiores crises fiscais da história, em que as despesas orçamentárias estão limitadas, dificultando assim a execução dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro

A referida limitação impôs um teto de gastos para as despesas públicas, que faz parte de um conjunto de medidas que o Governo vem adotando, visando aumentar a arrecadação e diminuir as despesas, com a finalidade de conter a mencionada crise fiscal.

Apesar de a crise fiscal afetar os programas estratégicos das Forças Armadas, a Marinha do Brasil e a Força Aérea brasileira estão conseguindo manter grandes projetos estratégicos, os quais demandam um alto aporte de recursos, que em grande parte são provenientes de Operações de Crédito Externo.

Então, o presente estudo irá verificar se uma Operação de Crédito Externo é um instrumento financeiro viável, para impulsionar o Programa Estratégico Defesa Antiaérea no atual cenário de ajuste fiscal.

Para atingir os objetivos propostos para este trabalho foi empregada uma metodologia de abordagem tanto qualitativa, quanto quantitativa, utilizando-se da pesquisa documental, de entrevistas e de questionários como métodos de pesquisa.

Como conclusão, obteve-se que a Operação de Crédito Externo é uma excelente ferramenta para impulsionar o Programa Estratégico de Defesa Antiaérea, mas o cenário econômico atual não é favorável para este tipo de financiamento externo.

Palavras-chave: Crise Fiscal, Operação de Crédito Externo, Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea.

ABSTRACT

Perceptions about the external credit operations as a financing alternative of Brazilian Army Strategic Anti-Aircraft Defense Program

The Strategic Program of Anti-aircraft Defense is one of the inducers of the Brazilian Army's transformation process, which aims to obtain new capacities, to confront the challenges of a continental country.

However, to acquire new capacities in defense products, is required a high volume of resources, partly due to the technological complexity of the equipments. This obtaining becomes even more difficult, when the country faces one of the biggest fiscal crisis of history, in wich the budgetary expenditures are limited, hindering the implementation of the Strategic Programs of the Brazilian Army.

The said limitation imposed a ceiling of expenditure for public spending, that is part of a set of measures which the Government has been adopting, in order to increase the revenue and decrease the costs for the purpose of restrain the mentioned fiscal crisis.

Although the fiscal crisis affects the Strategic Programs of the Armed Forces, the Brazilian Navy and Brazilian Air Force are managing to mantain major strategic projects, wich require a large contribution of resources, that are mostly from External Credit Operations.

Therefore, the present study will verify if an Operation of External Credit is a viable financial instrument to promote the Anti-aircraft Defense Strategic Program in the current scenario of fiscal adjustment.

To achive the proposed objectives for this assignment, has been set a qualitative as well quantitative methodological approach, using document research, interviews and questionnaires as a survey methods.

In conclusion, was obtained that the External Credit Operation is an excellent tool to propel the Strategic Program of Anti-aircraft Defense. However the current economic scenario is not favourable for this kind of external financing

Keywords: External Credit Operation, fiscal crisis, Strategic Program of anti-aircraft defense army.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE FIGURAS.....	X
LISTA DE TABELAS.....	XI
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS.....	XII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Apresentação inicial	1
1.2. Enquadramento e relevância do tema	2
1.3. Questão de investigação e objetivos da pesquisa.....	4
1.4. Estrutura da pesquisa	6
2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA E SEU ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E TÉCNICO.	7
2.1. O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea.....	7
2.2. Financiamento dos Programas Estratégicos	10
2.3. Cenário econômico atual.....	14
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E LEGISLATIVO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	19
3.1. Caracterização	19
3.2. Utilização da OCE.....	20
3.3. Base Legal	22
3.4. Processo de Aprovação	23
4. METODOLOGIA.....	25
4.1. Escolhas metodológicas.....	25
4.2. Pesquisa Documental	26
4.3. Abordagem Qualitativa.....	27

4.3.1.Procedimentos e participantes.....	27
4.3.2.Método de Recolha.....	28
4.3.3.Análise de dados.....	29
4.4 Abordagem Quantitativa	29
4.4.1. Procedimentos e participantes.....	29
4.4.2 Método de recolha	31
4.4.3 Análise estatística	31
5. Resultados.....	33
5.1. Análise documental	33
5.1.1.Situação do PrgEE DA Ae	33
5.1.2.Financiamento de Programas Estratégicos das Forças Armadas.	34
5.1.3.O Cenário econômico atual.	34
5.2. Análise das entrevistas	35
5.2.1.O diagnóstico do PrgEE DA Ae	35
5.2.2.Características de uma Operação de Crédito Externo.....	36
5.2.3.Cenário econômico atual	37
5.2.4.O exemplo de outras forças singulares	38
5.2.5.Taxas e câmbio.....	39
5.2.6.Capacitação de pessoal e a capacidade de o Exército conduzir uma OCE	40
5.3. Análise dos questionários.....	40
5.3.1.Perceção das prioridades entre os Programas Estratégicos do Exército	40
5.3.2.Frequências do grau de concordância e amplitude interquartil (IQR)	41
5.3.3.Diferenças de perceções entre participantes com e sem experiência no orçamento	52
5.3.4.Relação entre o tempo de experiência e a perceção dos respondentes	57

6. Conclusão.....	61
6.1 Atendimento dos Objetivos Específicos e do Objetivo Geral.....	61
6.2 Possíveis contribuições da pesquisa.....	65
6.3 Limitações do estudo.....	65
6.4 Sugestões para futuras investigações	66
Bibliografia	67
Apêndice A – Lista de Tópicos para Entrevistas	70
Apêndice B – Situação do PrgEE DA Ae	73
Apêndice C – Características de uma OCE	74
ApêndiceD – Cenário Atual	75
Apêndice E – Cooperação e Exemplos de Outras Forças Singulares	76
Apêndice F – Taxas de Câmbio	77
Apêndice G – Capacidade e Capacitação do Exército Brasileiro	78
Apêndice H – Questionário estruturado.....	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Organograma PrgEE DA Ae.....	8
Figura 2 - Cronograma PrgEE DA Ae.....	9
Figura 3 - Cronograma Financeiro do PrgEE DA Ae.....	10
Figura 4 - Recursos recebidos pelas Forças Armadas para investimentos.....	12
Figura 5 - Investimentos na Força Aérea Brasileira.	12
Figura 6 - Investimentos na Marinha do Brasil.....	13
Figura 7 - Investimento no Exército Brasileiro.....	13
Figura 8 - Recebimento de recursos: Planejado x Executado.....	14
Figura 9 - Recebimento de recursos: Planejado x Executado.....	14
Figura 10 - Recebimento de recursos.....	14
Figura 11 - Resultado primário das contas do Governo.....	15
Figura 12 - Distribuição do Orçamento do Exército 2019.....	17
Figura 13 - Projeção do Resultado Primário em Relação ao PIB.....	18
Figura 14 - OCE no Executivo Federal e Percentual utilizado pelas Forças Armadas.....	20
Figura 15 - Fonte de financiamentos dos programas estratégicos da Marinha do Brasil e da Força Aérea..	21
Figura 16 - Fonte de financiamentos dos programas estratégicos do Exército Brasileiro.	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos recebidos pelo PrgEE DA Ae	9
Tabela 2 Receita total da união e a participação da OCE.....	20
Tabela 3. Caracterização sociodemográfica na análise qualitativa.	28
Tabela 4 Caracterização Sociodemográfica quantitativa.....	31
Tabela 5- Percepção dos entrevistados sobre os programas estratégicos prioritários.....	41
Tabela 6 – Percepção sobre o diagnóstico do PrgEE DA Ae.....	44
Tabela 7 – Percepção da viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae.....	46
Tabela 8 - Percepção sobre o cenário econômico atual para o iniciar uma contratação de uma OCE	49
Tabela 9 - Percepção sobre a Capacidade de o Exército Brasileiro conduzir uma contratação internacional.	51
Tabela 10 - Diferenças de percepções entre participantes com e sem experiência no orçamento.	56
Tabela 11 - Relação entre o tempo de experiência e a percepção dos respondentes.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

AAe	Artilharia Antiaérea
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
D Aepc Atv	Defesa Aeroespacial Ativa
D AAe	Defesa Antiaérea
EB	Exército Brasileiro
EPEX	Escritório de Projetos do Exército
EC/95	Emenda Constitucional nº 95
END	Estratégia Nacional de Defesa
FAB	Força Aérea Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MF	Ministério da Fazenda
MPDG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MTO	Manual Técnico Orçamentário
NEGAPORT	Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro
OCE	Operação de Crédito Externo
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena da Força Terrestre
PEE	Programas Estratégicos do Exército
PIB	Produto Interno Bruto
PrgEE DA Ae	Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea
Prosub	Programa de Submarinhos da Marinha do Brasil
PND	Política Nacional de Defesa
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
TO	Teatro de Operações

TCU

Tribunal de Contas da União

ZI

Zona de Interior

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação inicial

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae) está inserido no portfólio de programas estratégicos do Exército Brasileiro (EB) e tem por finalidade dotar o Brasil de um sistema eficiente de defesa, contra vetores aéreos inimigos.

Esta defesa externa torna-se necessária devido às potencialidades de um país que é a 8ª economia mundial e possui um território de dimensões continentais. Para além disso, o Brasil conta com riquezas imensuráveis, tais como florestas e abundantes fontes de água doce, recursos tão caros para a humanidade.

Apesar de possuir forte economia, o país está passando por uma crise financeira iniciada em 2015 (Serrano 2018). A mencionada crise é resultado, em parte, do desequilíbrio fiscal do governo, o qual vinha acumulando anos de superávits primários e, a partir de 2014, passou a ter déficit primário, de acordo com os dados da Secretária do Tesouro Nacional (2019).

No entanto, desde 2016, de acordo com Barbosa (2017), o Governo vem adotando medidas, tanto para o aumento das receitas, quanto para a diminuição das despesas, com a finalidade de reverter a crise fiscal e recuperar a economia.

No lado da receita, a reforma trabalhista foi aprovada, conforme cita Macedo (2018), com intuito de estimular o emprego e com isso gerar renda, resultando no aumento da arrecadação. Outra opção, que seria aumentar os impostos foi descartada, pois o Brasil já tem uma carga tributária alta, que segundo Marcos Lima & Jose Rezende (2019) atinge 40% do Produto Interno Brasileiro (PIB), fato que traz reflexo negativo para a competitividade dos produtos brasileiros no mercado mundial.

Já no lado das despesas, várias medidas estão sendo tomadas, como por exemplo, a reforma da previdência, que visa diminuir os gastos com o pessoal, que hoje, consomem mais de 50% das receitas primárias do Governo Federal, conforme dados da Secretária de Orçamento Federal (2018).

Outra medida foi a estipulação de um teto de gastos, por intermédio da Emenda Constitucional nº 95 (EC/95) de 2016 (Brasil, 1988), a qual estipulou um limite de gastos para as despesas primárias de todos os entes da administração pública brasileira. Esta limitação

afeta os investimentos do Governo Federal, inclusive na indústria de Defesa, pois o principal cliente desse segmento industrial é o Estado, segundo De Oliveira et al (2016 a).

No entanto, parte dos investimentos na área da defesa, frente a toda essa limitação, ainda está em andamento, como por exemplo o Programa de Submarinos Nucleares da Marinha do Brasil (Prosub) e a aquisição da aeronave Gripen, pela Força Aérea Brasileira (FAB). Vale salientar que estes dois investimentos estão sendo sustentados por uma Operação de Crédito Externo (OCE).

Já os Programas Estratégicos do Exército (PEE) estão recebendo recursos direto do Tesouro Nacional, e estes não estão sendo suficientes, prejudicando assim, o curso normal do desenvolvimento dos referidos programas.

Dentre esses atrasos, cita-se o caso do PrgEE DA Ae, o qual está com o cronograma atrasado em 11 anos, devido à falta de investimentos, que segundo Dias et al. (2019) está levando o orçamento do EB à estagnação.

Dessa forma, o presente trabalho pretende estudar as percepções dos gestores de orçamento e de militares da administração do Exército sobre a possibilidade de uma OCE, no atual cenário de crise fiscal, como alternativa adequada para a impulsionar o PrgEE DA Ae, uma vez que, como mencionado, os recursos do Tesouro Nacional não estão sendo suficientes para o desenvolvimento deste programa estratégico.

1.2. Enquadramento e relevância do tema

O Brasil passou por significativo crescimento econômico entre o final do século passado e o início deste, fazendo com que o país passasse a figurar entres as maiores economias mundiais, algo só visto na década de 70 do século passado, período com extraordinárias taxas de crescimento, denominado “milagre econômico brasileiro” (Velloso, Villela, & Giambiagi, 2008).

A estabilidade macroeconômica e o Plano Real¹ foram as bases para o referido crescimento econômico deste século, levando o país a ser classificado como emergente, ao lado de outros importantes países, como Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), alterando, dessa forma, a posição geopolítica brasileira, devido ao maior protagonismo do Brasil no

¹ O Plano Real foi um plano econômico de 1994, que pôs fim a hiperinflação brasileira, por um método eficaz de estabilização monetária.

cenário internacional, que segundo Ramalho da Rocha (2016), sempre foi um desejo da diplomacia brasileira.

Esta mudança de posição no concerto das nações sugeriu uma preocupação maior com os interesses da Nação, contra possíveis ameaças e agressões, aumentando a atenção com a soberania brasileira. Tal preocupação levou a formulação da Política Nacional de Defesa (PND) (Brasil, 2018b), a qual estabelece os objetivos para defesa dos interesses nacionais, dentre esses objetivos destacam-se a modernização das Forças Armadas e o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa.

Para propiciar a execução desta política e para assegurar que os objetivos propostos fossem atingidos foi formulada a Estratégia Nacional de Defesa (END) (Brasil, 2018a), que trata, dentre outros assuntos de Defesa, sobre a reorganização e reorientação das Forças Armadas, sobre a organização da Base Industrial de Defesa e sobre a política de composição dos efetivos da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira.

A END propõe, ainda, medidas para atingir os objetivos da Defesa Nacional, instituídos na PND. Assim, debruça-se sobre as ações estratégicas de médio e longo prazo, objetivando modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando na reorganização das FA, e na reestruturação da Indústria Brasileira de Defesa (Brasil, 2018a).

O EB indo ao encontro das diretrizes da END e orientado pela Concepção de Transformação do Exército 2013-2022, publicada no Boletim do Exército nº 51/2013 (Exército Brasileiro, 2013), decidiu enfrentar os desafios que advirão do robustecimento da estatura geopolítica do Brasil, iniciando o seu processo de transformação.

Neste processo, conforme aponta Teixeira (2014), o EB vem adquirindo novas capacidades, para entrar na “Era do Conhecimento” e se tornar um Instituição a altura da posição do Brasil no cenário internacional. No entanto, Degaut (2017) aborda que a vocação pacífica brasileira levou o país a negligenciar as capacidades e as necessidades militares.

Incluída no processo de transformação do Exército, a Defesa Antiaérea é um setor que necessita de atenção conforme defende Paiva (2015, p. 17): “as defesas antiaéreas e anticarro ainda são deficientes e o suprimento de munição das principais armas, inclusive na artilharia de campanha e nos carros das brigadas mecanizadas e blindadas, não será suficiente após três semanas de combate”.

Além disso, cita Paiva (2015) que a Defesa Antiaérea é um dos três sistemas mais dissuasórios que um país pode ter. Tal fato se alinha com a vocação pacífica do país e com seu

fundamento constitucional de não-intervenção, que usa a estratégia da dissuasão para manter o foco na defesa do território, sem preocupação com ações intervencionistas.

Corroborando com este pensamento, o Livro Branco de Defesa (Ministério da Defesa, 2012, p. 51) indica que “dotado de uma capacidade adequada de defesa, o Brasil terá condições de dissuadir agressões a seu território, a sua população e a seus interesses, contribuindo para a manutenção de um ambiente pacífico em seu entorno” Dessa forma a Defesa Antiaérea, por si só, explica sua vocação dissuasória

Assim, ao explorar as vantagens de uma solução para o impulsionamento do PrgEE DA Ae, este estudo é revertido de importância, pois trata-se de um programa estratégico para a Defesa do Brasil, alinhando com os regramentos jurídicos da nação.

Para além disso, estuda alternativa de investimento no país, como é o caso da OCE, em momento de um cenário econômico desfavorável, poderia criar um ciclo virtuoso, como aponta Lamsiraroj (2016), a qual sugere que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) estimula o crescimento econômico, que por sua vez atrai mais IED, gerando mais desenvolvimento da economia.

Já em relação aos negócios internacionais, a relevância do tema se faz presente no estudo de uma Operação de Crédito Externo, importante instrumento de investimento estrangeiro direto, assunto essencial na economia internacional de um mundo globalizado.

1.3. Questão de investigação e objetivos da pesquisa

O PrgEE DA AE, nos últimos anos, não vem recebendo aporte orçamentário suficiente para as atividades apresentadas em seu escopo. Além disso, devido ao baixo investimento, importantes partes do projeto não estão sendo desenvolvidas, como por exemplo, a obtenção do sistema de material de defesa antiaérea de média altura, segundo o Escritório de Projetos do Exército (EPEX, 2017b).

Outra preocupação é a obsolescência da tecnologia, conforme cita Carvalho (2010), os produtos de defesa passam por constantes inovações tecnológicas, recriando a necessidade de novos armamentos, por isso os programas de desenvolvimento de armas não devem demorar demasiadamente, sob pena, de quando ficarem prontos, já estarem obsoletos.

O Sr. Ovalo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, segundo a DefesaNet (2015), defendeu que o Brasil deverá ter uma política Industrial que forneça segurança jurídica para atração de investimento, argumentando contra os cortes no

orçamento do Programa Estratégico Guarani, o qual era responsável por uma encomenda de 120 blindados por ano, na fábrica da IVECO naquele Estado.

Para além dos atrasos e de suas consequências apontadas, a EC/95 dificultou a captação de recursos orçamentários para os próximos 20 anos, ao limitar a expansão de gastos públicos, prejudicando, ainda mais, o andamento do PrgEE DA Ae. De forma bem resumida, qualquer aumento de despesa na Ação Orçamentária que cobre as despesas do projeto (ação 13DB), além do limite da EC/95, acarretará redução em outra Ação Orçamentária do Exército ou de recursos de outras pastas do Executivo Federal (projetos concorrentes).

Nesse cenário, infere-se, mais uma vez, que a solução, devido à limitação orçamentária interna, passa por compromissos internacionais, os quais devem ser respeitados pelo Governo Federal, sob pena de o Mercado Internacional aumentar a desconfiança sobre o País, o que seria desastroso para a economia brasileira.

Diante do exposto e como forma de orientar o presente estudo, verifica-se que o problema a ser investigado, objeto da pesquisa a ser desenvolvida, foca-se em dar resposta à seguinte questão de partida: uma operação de crédito seria uma solução para impulsionar o PrgEE DA Ae, frente a escassez de recursos do tesouro?

Segundo Marconi & Lakatos (Marconi & Lakatos, 2006) toda pesquisa deve ter um objetivo determinado, para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar, neste sentido propõe-se como objetivo geral deste estudo:

As operações de créditos externos serão uma forma viável de financiamento para impulsionar a execução do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea, no atual cenário econômico brasileiro?

Por sua vez, os objetivos específicos do estudo foram:

- Explorar o PrgEE DA Ae, suas necessidades orçamentárias e vulnerabilidades diante do cenário econômico atual;
- Comparar a evolução dos Programas Estratégicos das Outras Forças Singulares com a evolução do PrgEE DA Ae;
- Identificar a base legal da OCE, a operacionalização deste tipo de financiamento, e a utilização deste tipo de receita na União, notadamente nas Forças Armadas Brasileiras;
- Colher e analisar as percepções dos gestores de orçamento sobre a viabilidade de uma OCE para impulsionar o PrgEE DA Ae, no atual cenário econômico; e

- Colher e analisar as percepções de militares, que trabalham na área administrativa do EB, sobre o diagnóstico do PrgEE DA Ae, sobre a viabilidade de contrato para a antiaérea, sobre a factibilidade de uma OCE no atual cenário econômico e sobre a capacidade atual de o Exército Brasileiro contratar uma OCE, observando as diferenças nas percepções colhidas por grupos distintos.

1.4. Estrutura da pesquisa

O presente trabalho possui seis capítulos, no primeiro é realizada a introdução da pesquisa, o qual conta com os seguintes tópicos: apresentação inicial, o enquadramento do problema e a relevância do tema, bem como a descrição das questões de investigação e objetivos da pesquisa e, por último, a estrutura da pesquisa. No segundo capítulo é feita a apresentação do PrgEE DA Ae e seu enquadramento econômico e técnico. No capítulo seguinte é apresentado o enquadramento teórico e legislativo sobre as Operações de Crédito Externo.

Já no quarto capítulo é detalhada a metodologia utilizada na pesquisa, justificando o tipo de pesquisa e apresentando as abordagens qualitativas e quantitativas. No penúltimo capítulo são apresentados os resultados e, finalmente, no sexto e último capítulo são apresentadas as conclusões, as limitações do trabalho e as sugestões para investigação futura.

2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA E SEU ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E TÉCNICO.

Neste capítulo será apresentado o PrgEE DA Ae, o qual ganha destaque no primeiro subtópico, no próximo item será abordado o financiamento dos Programas Estratégicos das Forças Armadas e por fim será debatido o cenário econômico brasileiro atual.

2.1. O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea

Os Programas Estratégicos do Exército (PEE) são considerados os verdadeiros indutores do processo de transformação do EB, ora em curso. O referido processo, segundo Rêgo (2017, p. 10)

[...]“tem sua origem no diagnóstico de que o Exército Brasileiro não disporia de capacidades e competências compatíveis com a evolução da estatura político-estratégica do Brasil, que caminha, para ocupar a condição de ator global. Percebeu-se que a modernização ou a adaptação da Força Terrestre seriam insuficientes, e que para atingir o cenário visualizado, demandaria um processo de mudança bem mais amplo e profundo - a transformação. Entende-se por transformação o desenvolvimento de novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate, alterando as concepções e projetando a Força para o futuro”[...].

Neste esforço de transformação o EB reuniu, no subportfólio denominado Defesa da Sociedade, os sete mais importantes programas estratégicos:

- 1) Defesa Cibernética;
- 2) SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras);
- 3) PROTEGER (Sistema de Proteção de Estruturas Estratégicas);
- 4) GUARANI (Nova Família de Blindados Sobre Rodas);
- 5) ASTROS 2020 (Apoio de Fogo de Longo Alcance);
- 6) OCOP (Obtenção da Capacidade Operacional Plena da Força Terrestre) , e
- 7) Defesa Antiaérea (DAAe).

Segundo a Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (NEGAPORT) (Exército Brasileiro, 2017), os PEE são empreendimentos, cujos benefícios resultantes, gerados por subprogramas/projetos integrados e, se for o caso, com o apoio de ação(ões)

complementar(es), contribuem diretamente para o atingimento de, no mínimo, um dos objetivos estratégicos da Força.

Dentre os objetivos estratégicos da força, o PrgEE DA Ae cumpre a função de recuperar e obter a capacidade de realizar a proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres do país, seguindo as orientações da Estratégia Nacional de Defesa, dentro do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA).

Já segundo o escopo do programa (EPEX, 2017b) a Defesa Antiaérea é componente da Defesa Aeroespacial Ativa (D Ae pc Atv), englobando um conjunto de medidas e de ações terrestres adotadas e conduzidas com o fim de impedir, neutralizar ou reduzir as ações aéreas inimigas contra objetivos no solo. A DA Ae é realizada por intermédio da Artilharia Antiaérea (AA Ae), tanto na Zona de Interior (ZI), quanto no Teatro de Operações (TO) ou, em operações de não-guerra, no território nacional.

Segundo a memória de transformação do PrgEE DAAE (EPEX, 2017b), o programa está funcionando conforme o organograma abaixo:

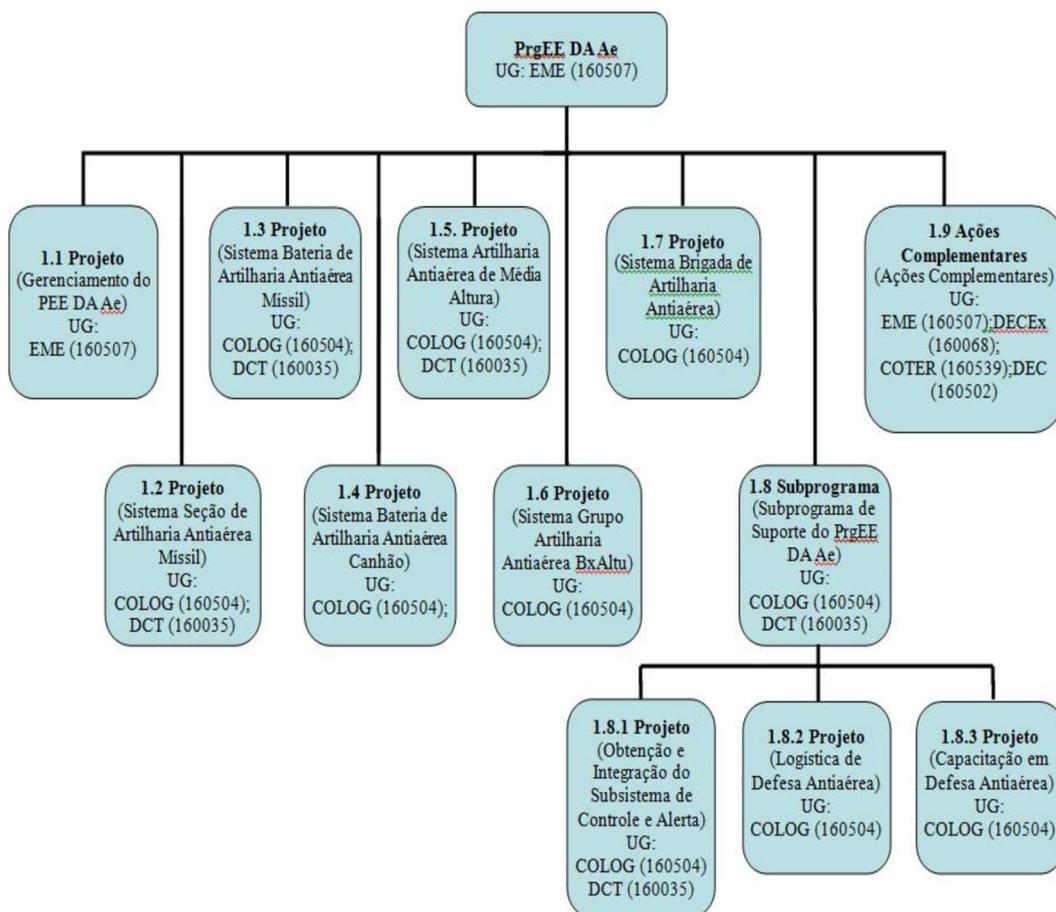


Figura 1 -Organograma PrgEE DA Ae- Fonte: Relatório de Gestão de 2017 MD

Os sete projetos do programa, somados ao subprograma de suporte e a ações complementares estão orçados em 4,1 bilhões de reais de acordo com o Relatório de Gestão do Ministério da Defesa (MD) do exercício financeiro de 2017 (Ministério da Defesa, 2018). O relatório aponta, ainda, que menos de 10% deste valor foi disponibilizado, conforme dados da tabela 1.

Valores em R\$			
ANO	Empenhado	Liquidado	Pago
2012	3.832.596,41	1.414.897,94	1.414.897,94
2013	93.633.197,14	95.607.662,96	95.576.410,34
2014	91.737.604,99	55.864.618,78	55.269.900,19
2015	56.621.118,83	84.261.047,86	78.450.878,44
2016	40.855.135,89	42.082.604,17	48.505.144,77
2017	61.023.645,43	31.672.502,26	31.652.346,53
SOMA	347.703.298,69	310.903.333,97	310.869.578,21

Tabela 1- - Recursos recebidos pelo PrgEE DA Ae Elaborado pelo autor com dados do Relatório de Gestão do Ministério da Defesa

O relatório aponta, ainda, que haverá atraso no programa, pois pelo planejamento inicial, o PrgEE DA Ae tinha seu término previsto para o ano de 2030 e agora, devido às restrições orçamentárias, a previsão para a conclusão do programa foi alterada para 2041, conforme demonstrado na figura nº 2.

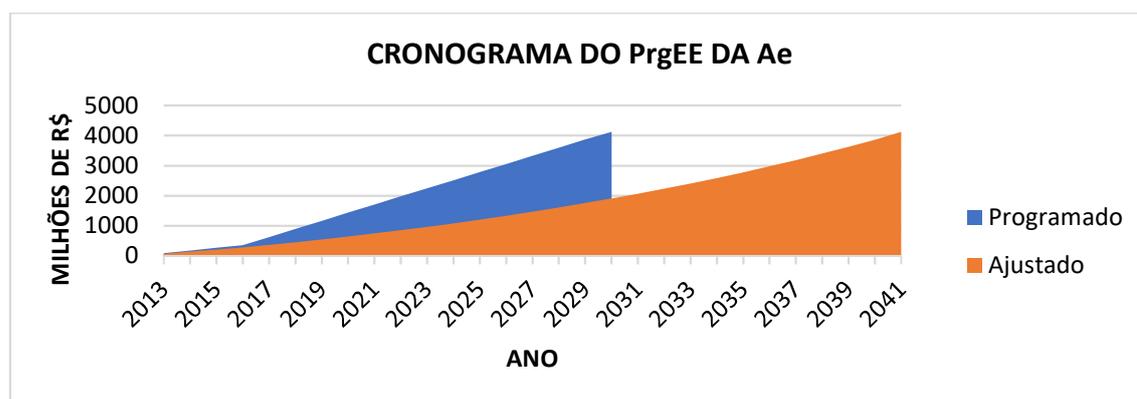


Figura 2 - Cronograma PrgEE DA Ae. Elaborado pelo autor com dados do Relatório de Gestão do Ministério da Defesa.

Além do problema de atraso no cronograma pela insuficiência de orçamento, a falta de recursos para os programas estratégicos poderá levar o envelhecimento dos equipamentos, tornando-os obsoletos, por ocasião da entrega final dos projetos, conforme aponta o Tribunal de Contas da União (2014, p. 288): “medidas de contingência previstas em

relação a eventuais atrasos por longos períodos na execução do projeto decorrentes de contingenciamentos ou outros motivos adversos, para salvaguardar ativos, principalmente os afetos à tecnologia da informação, contra o risco de obsolescência tecnológica”.

Uma consequência dessa falta de recursos é o não desenvolvimento de importantes partes do projeto, como por exemplo, a obtenção do Material de Defesa Antiaérea de Média Altura, segundo o EPEX (2017b).

Apesar de ser um programa importante, considerado indutor do processo de transformação do Exército, o PrgEE DA Ae não vem recebendo os recursos previstos no cronograma físico-financeiro inicial, conforme a figura nº 3.

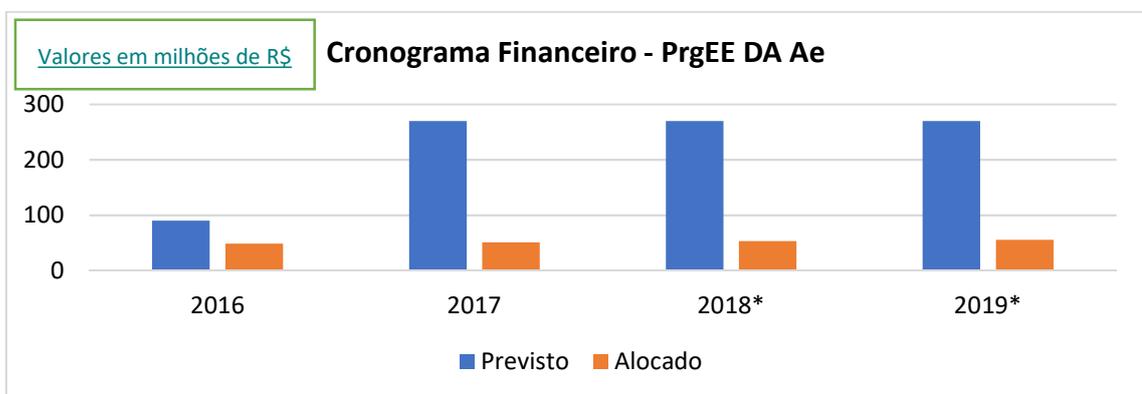


Figura 3 - Cronograma Financeiro do PrgEE DA Ae-. Elaborado pelo autor com dados do Relatório de Gestão do Ministério da Defesa.

Além dos problemas já mencionados neste trabalho, o Escritório de Projetos do Exército (EPEX) apontou, em palestra para o Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), atual Ministério da Economia, os seguintes reflexos para o EB e para a economia brasileira: aumento do desemprego, com dispensa de pessoal altamente qualificado; ociosidade do parque industrial; imposição de renegociação; elevação dos custos contratuais; pagamento de multas; e pagamentos dos custos da desmobilização (EPEX, 2017a).

2.2. Financiamento dos Programas Estratégicos

Os recursos para o financiamento dos programas estratégicos das Forças Armadas estão previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), a qual é elaborada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional.

O orçamento é um instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em

determinado período, segundo consta no Manual Técnico do Orçamento (Ministério da Economia, 2019).

As aplicações de recursos visam atender as necessidades de toda a sociedade, seja na manutenção das instituições do Estado, seja no pagamento dos salários dos funcionários públicos ou na execução de políticas públicas, como é o caso da política de Defesa.

Os gastos com os Programas Estratégicos das Forças Armadas, que irão superar os R\$ 100 bilhões de reais, em um horizonte de 20 anos (Tribunal de Contas da União (TCU), 2019)

Para sustentar estas despesas, o Governo Federal utiliza receitas, que podem ser classificadas como receitas correntes ou receitas de capital. De acordo com o § 1º do art. 11 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março (Brasil, 1964), classificam-se como correntes, as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.

Já o § 2º do art. 11 da mesma lei, classifica como receitas de capital, as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; conversão, em espécie, de bens e direitos; recebimento de recursos de outras pessoas de direito público ou privado.

Nota-se que, quando o governo não tem arrecadação suficiente para arcar com todas as suas despesas, passa-se a fazer uso das receitas financeiras (receitas de capital), dentre estas, destaca-se a operação de crédito, que são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas.

Verifica-se, então, que a OCE é uma fonte de financiamento possível aos projetos de interesse do EB, face à necessidade de aumento das dotações orçamentárias anuais.

Além disso, Trigo (2017) afirma que a OCE possibilita a execução de projetos de alto custo a curto ou médio prazo e ainda permite a diluição dos valores por um prazo de pagamento mais alongado.

Pode-se perceber este maior aporte de recursos para os programas que são suportados por OCE, quando se analisa o orçamento de projetos das forças armadas brasileiras, conforme Figura nº 4.

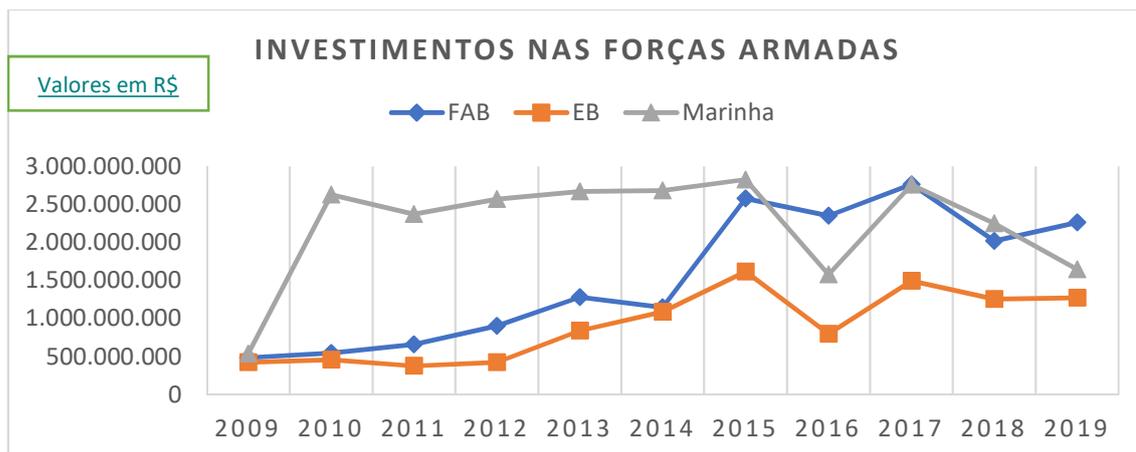


Figura 4 - Recursos recebidos pelas Forças Armadas para investimentos. Elaborado pelo autor com dados das Leis Orçamentárias Anuais.

O Prosub teve início em 2010, o que elevou o orçamento de investimento da Marinha em quase 388%, passando de 0,53 bilhão de reais em 2009 para 2,62 bilhões de reais no ano do início do Programa. Já a FAB teve seu orçamento incrementando em 124%, passando de 1.14 bilhão de reais em 2014 para os 2,57 bilhões em 2015, ano que iniciou a aquisição do Gripen.

Já o Exército Brasileiro, que não tem OCE sustentando Programas Estratégicos, teve incremento mais modesto, de 2012 para 2013, o aumento foi de 13% passando de 0,37 bilhão de reais para 0,42 bilhão, com o início de 2 programas, e de 94% em 2014, com a entrada de mais 4 programas, passando para 0,83 bilhão de reais.

Observando os 3 próximos gráficos (figuras nº 5, 6 e 7), verifica-se que a Marinha e a Força Aérea concentram seus investimentos em um único grande programa, diferentemente do EB que pulveriza seus recursos em 07 (sete) Programas.

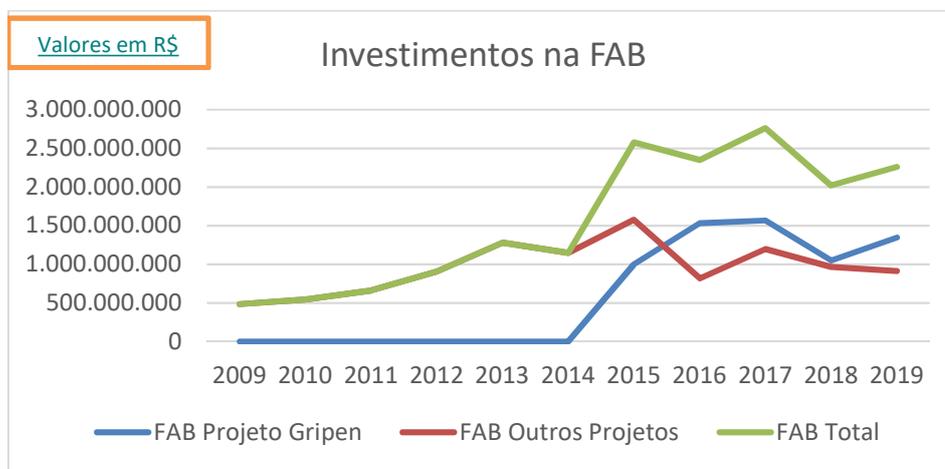


Figura 5 - Investimentos na Força Aérea Brasileira. Elaborado pelo autor, com dados das Leis Orçamentárias Anuais.

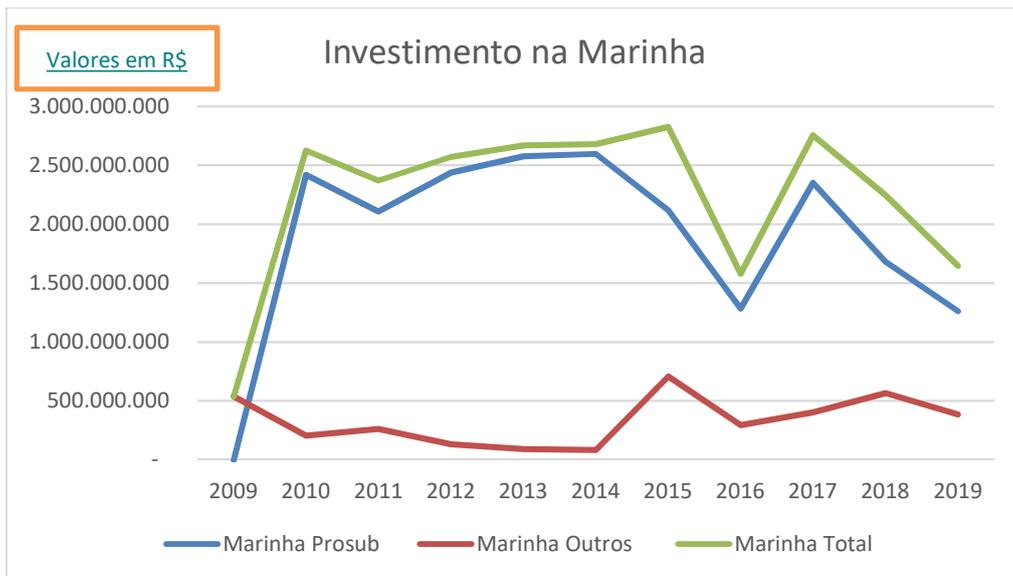


Figura 6 - Investimentos na Marinha do Brasil. . Elaborado pelo autor, com dados das Leis Orçamentárias Anuais.



Figura 7 - Investimento no Exército Brasileiro. . Elaborado pelo autor, com dados das Leis Orçamentárias Anuais.

Já o Relatório de Gestão de 2017 do MD (Ministério da Defesa, 2018) demonstra a evolução dos gastos com Programas Estratégicos das Forças. (figuras 8, 9 e 10)

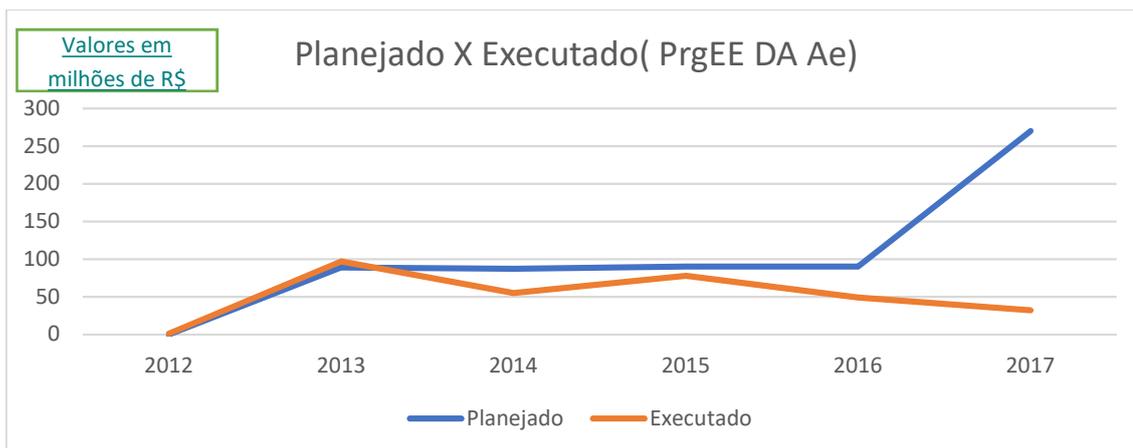


Figura 8 - Recebimento de recursos: Planejado x Executado - PrgEE DA Ae. Elaborado pelo autor com dados do Relatório de Gestão de 2017/MD.

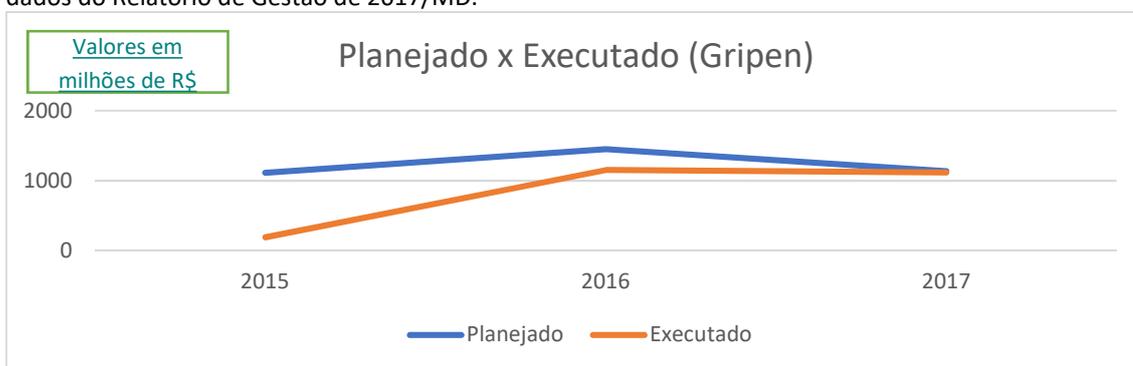


Figura 9 - Recebimento de recursos: Planejado x Executado - Gripen. Elaborado pelo autor com dados do : Relatório de Gestão de 2017/MD

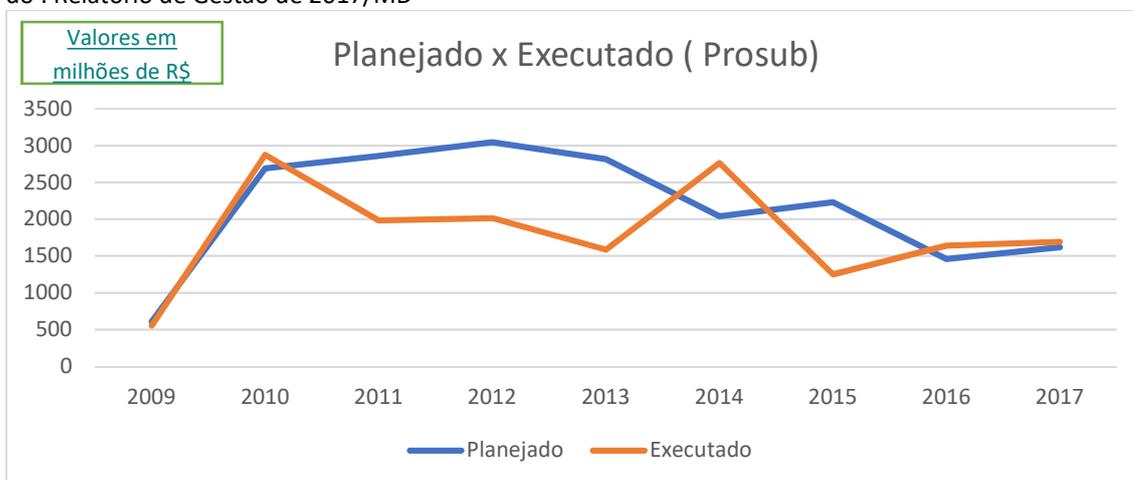


Figura 10 - Recebimento de recursos: Planejado x Executado – Prosub, Elaborado pelo autor com dados do Relatório de Gestão de 2017/MD.

2.3. Cenário econômico atual

Apesar de o Brasil estar com grandes programas estratégicos, o país passa por uma severa crise econômica, o que cria uma dicotomia entre o aumento dos gastos públicos, com o financiamento de programas das Forças Armadas e o necessário ajuste das contas públicas, que Ambros (2017, p. 26), resume assim: “resumida e superficialmente, podemos dizer que

para a teoria neoclássica, a segurança pode até ser necessária ao comércio, mas haverá um custo de oportunidade (trade-off) entre “armas e manteiga”(apud Skinner, 1969)

Esta crise foi causada pela falta de controle nos gastos públicos, revertendo um quadro positivo da economia brasileira, conforme demonstrado na Figura 11.

A figura revela ainda que, até o ano de 2013, o Brasil apresentava superávits nas contas públicas, o que facilitava o financiamento de grandes programas estratégicos das forças armadas. No entanto, a partir do ano seguinte, as contas do governo começaram a apresentar sucessivos déficits primários.

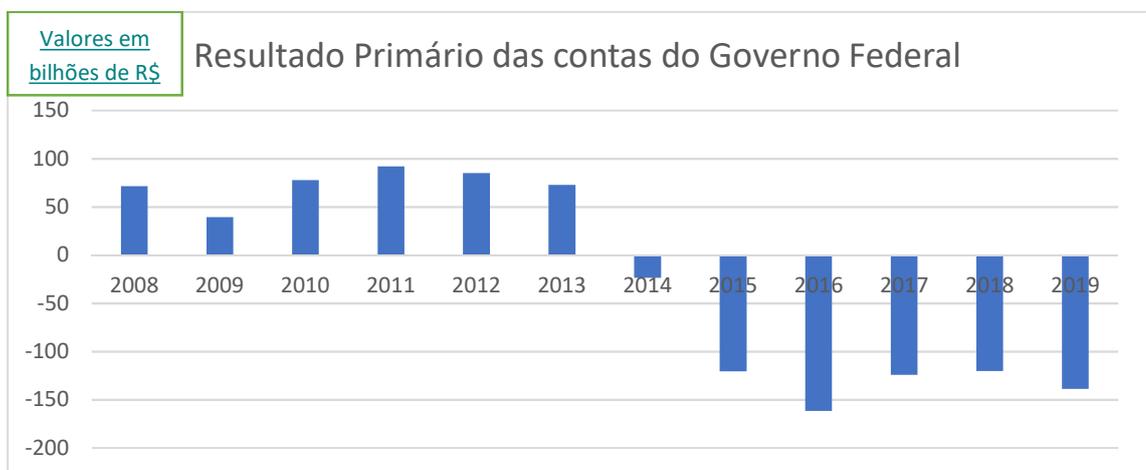


Figura 11 - Resultado primário das contas do Governo. Elaborado pelo autor com dados do Tesouro Transparente.

Para entender melhor os conceitos de despesas, receitas e resultados primários das contas do Tesouro Nacional, destacam-se as definições extraídas do Manual das Estatísticas Fiscais (Banco Central do Brasil, 2018): o resultado nominal representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), a diferença entre os dois conceitos mencionados corresponde à necessidade de financiamento.

Já o resultado primário corresponde ao resultado nominal, excluído os juros nominais (juros reais mais a atualização monetária) incidentes sobre a dívida líquida. O resultado primário relaciona o esforço fiscal do período e a variação da dívida líquida, já que as despesas líquidas com juros refletem déficits primários do passado.

Então, para tentar reverter a atual situação deficitária dos últimos anos e recuperar a confiança do mercado internacional, o governo do Presidente Michel Temer focou no controle

dos gastos governamentais, conseguindo aprovar a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.

Segundo a EC, o regime valerá para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República. Dentro de um mesmo Poder, haverá limites por órgão. Existirão, por exemplo, limites individualizados para tribunais, Conselho Nacional de Justiça, Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União, Conselho Nacional do Ministério Público e Defensoria Pública da União.

O objetivo da EC/95 é o equilíbrio das contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos por 20 anos. Esse controle será executado, impondo um teto de limite de gastos, que de acordo com o texto aprovado, já valeu para o exercício financeiro de 2017, primeiro ano de vigência da EC. Este teto foi definido com base na despesa primária paga em 2016, com a correção de 7,2%, a inflação prevista para ano de 2016.

Se por um lado, a EC apresenta uma sinalização de austeridade para o mercado internacional, por outro lado, impede o Governo de aumentar os gastos acima da inflação do ano anterior, com reflexos diretos para o orçamento da União, em particular do Exército Brasileiro, impactando diretamente a execução do cronograma dos Programas Estratégico do EB.

Conforme dados apresentados na figura nº12, percebe-se que a parcela de recursos destinados aos investimentos é pequena. A maior parcela do orçamento é para o pagamento de pessoal, ou seja, uma despesa obrigatória, que não pode ter outra destinação, impossibilitando o emprego de mais recursos no PrgEE DA Ae.

LOA 2019 – R\$ 45.542,25

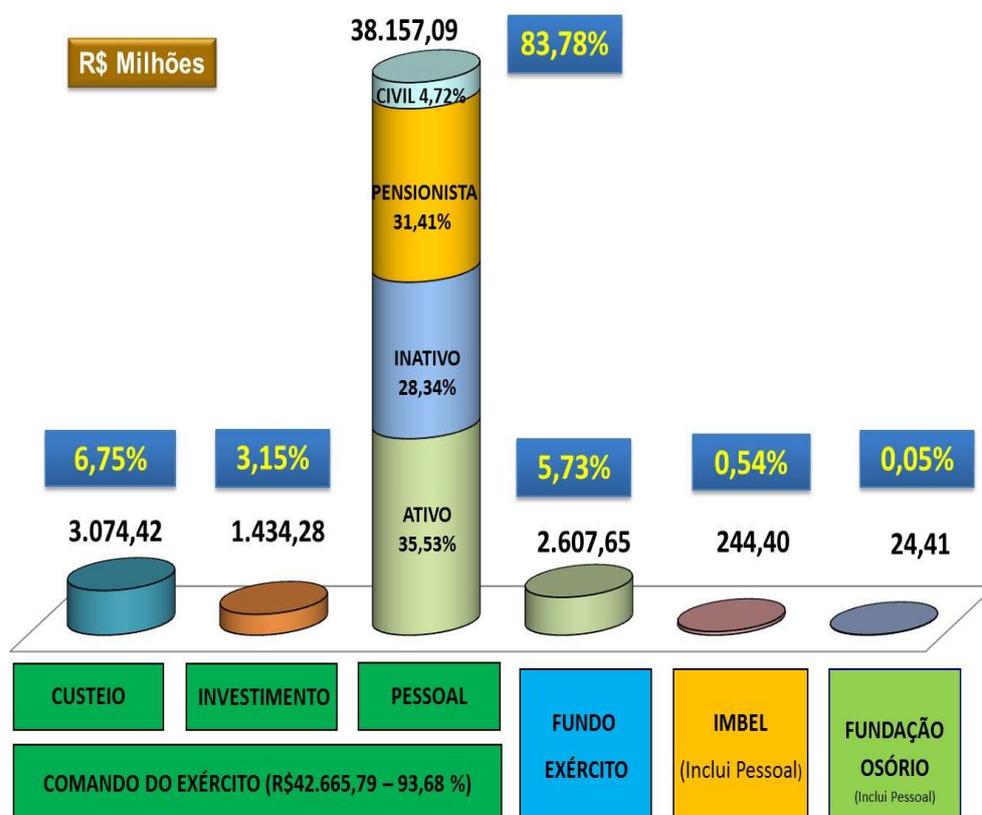


Figura 1 - Distribuição do Orçamento do Exército 2019. Fonte: Memento Orçamentário da Secretária de Economia e Finanças do Exército Brasileiro

Ainda na questão do impacto do teto de gastos, o TCU (2019) aponta que devido às restrições, os Programas Estratégicos estão sujeitos a considerável possibilidade de atrasos, aumento de custos, redução de escopo, obsolescência e descontinuidade.

Outra consequência deste ajuste fiscal é o enfraquecimento da indústria de defesa, que segundo Gouvea (2018), é fortemente dependente do poder de compra do Estado. Não obstante, no momento em que a economia está em crise, não se pode prescindir de um setor econômico que emprega mais de 285 mil empregos diretos e 850 mil indiretos (Defesanet, 2019)

Prosseguindo no ajuste fiscal, o atual governo conseguiu aprovar a nova previdência dos funcionários públicos e privados, a qual trará uma economia ao governo de 900 bilhões de reais em 10 anos, devendo ser um fator que poderá ajudar o Brasil a voltar a ter um superávit primário, conforme projeção do FMI (figura nº 13) e, assim, ter recursos disponíveis

para voltar a investir em Produtos de Defesa, que segundo Ambros (2017), impulsionará a economia do país, devido ao papel da inovador característico do setor de defesa.

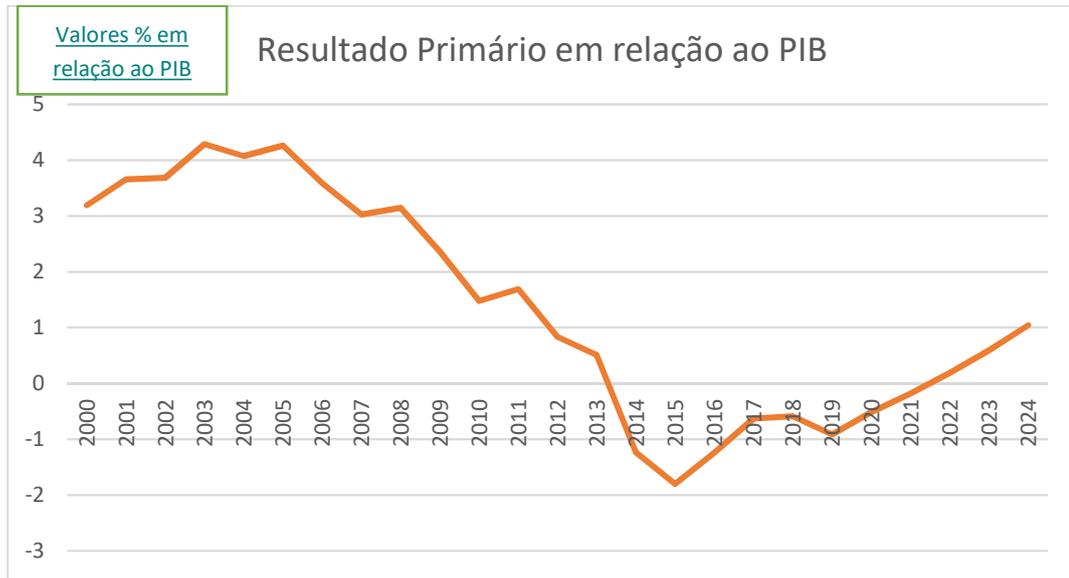


Figura 13 - Projeção do Resultado Primário em Relação ao PIB. Fonte - Fundo Monetário Internacional.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E LEGISLATIVO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO

O Objetivo deste capítulo é estabelecer o enquadramento teórico e legislativo sobre as operações de crédito externo, apresentando sua caracterização; o seu uso no Governo Federal, notadamente nas Forças Armadas Brasileiras; sua base legal; e seu processo de formalização.

3.1. Caracterização

O financiamento externo é um método utilizado para captar recursos seja para impulsionar um programa específico, seja para o desenvolvimento nacional, como muitos países utilizaram após a Segunda Grande Guerra Mundial. Naquela oportunidade, segundo Painter (2019), os Estados Unidos da América usaram de sua força econômica e financeira para apoiar a recuperação europeia, por intermédio do Plano Marshall.

Este tipo de negociação entre Estados, segundo Borges & Pinto (2013), pode ser denominado negociação integrativa, pois se trata cooperação, em que os dois países saem ganhando à medida que um contribui com a outro. Neste contexto que se insere a Operação de Crédito Externo, pois sabendo do ganho financeiro da nação que concede o crédito, o país tomador também terá que ter vantagem na operação, seja em captar recursos com taxas mais atrativas, seja no acesso a novas tecnologias.

No Brasil, a OCE, segundo o Manual de Pleitos do Ministério da Fazenda (Secretária do Tesouro Nacional, 2017) é uma operação que visa cobrir o desequilíbrio orçamentário ou até mesmo, financiar obras, mediante contratos ou emissão de títulos da dívida pública. Estas operações são contratadas com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras.

Nota-se que a própria definição dada pelo Ministério da Fazenda (MF), atual Ministério da Economia, cita que a OCE é para cobrir um desequilíbrio financeiro. Não obstante, conforme cita Oliveira (2012), o endividamento não pode crescer infinitamente, pois causaria ônus para a coletividade, inclusive, a pôr em risco a própria coesão social, por isso a OCE é uma atividade financeira que tem uma variada base Legal, como veremos no item 3.3 deste capítulo

Já Trigo (2017) aponta vantagens e desvantagens na contratação de uma OCE, os fatores positivos são: possibilita o financiamento de projetos de alto custo por uma prazo maior; possibilidade de renegociação do contrato para adequar-se às limitações

orçamentárias; ambiente de negociação colaborativo, amparado pelo compromisso internacional; e estabelecimento de laços comerciais que facilitam negociações futuras.

Já como desvantagens, Trigo (2017) assinala os seguintes fatores: as comissões bancárias elevadas, contrato sujeito a sazonalidade das taxas indexadas, quando estas estiverem presentes no contrato e o risco de afetar outros contratos no caso de inadimplência.

3.2. Utilização da OCE

A OCE não é uma fonte de receita muito utilizada pelo Governo Federal, se comparada ao total de receitas da União, pois não chegar a atingir 1% da totalidade, conforme demonstrado na Tabela nº 2.

Receitas da União				
Ano	2015	2016	2017	2018
Receita Total em milhões de R\$	2880	2950	3410	3510
OCE em milhões de R\$	1,705	13,723	11,288	7,520
Percentual das OCE em relação a receita total	0,47%	0,47%	0,33%	0,21%

Tabela 2 Receita total da união e a participação da OCE. Elaborado pelo autor com dados do Portal da Transparência do Ministério da Economia

Verifica-se, ainda, que parcela significativa destes recursos são destinados ao orçamento das Forças Armadas, de acordo com a figura nº14.



Figura 14 - OCE no Executivo Federal e Percentual utilizado pelas Forças Armadas. Elaborado pelo autor com dados da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Economia.

Esses recursos são na sua totalidade aplicados para financiar os Programas Estratégicos da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira. Nota-se, observando a Figura nº 15, que após 2015, as OCE são mais utilizadas que o Tesouro Nacional para os financiamentos dos mencionados Programas. De forma diferente, no EB, todos os recursos para financiamento dos Programas Estratégicos têm como fonte o Tesouro Nacional. (Figura nº 16)

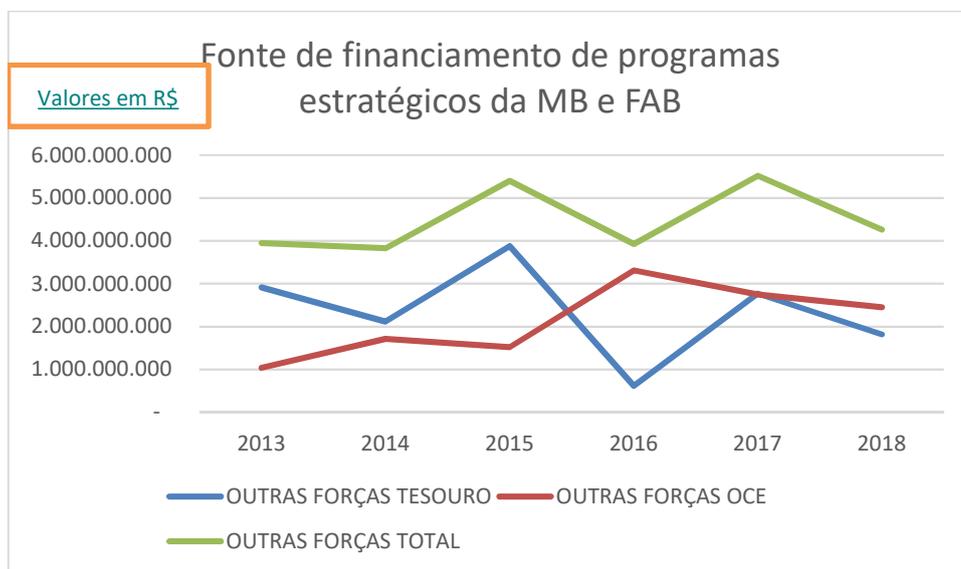


Figura 15 - Fonte de financiamentos dos programas estratégicos da Marinha do Brasil e da Força Aérea. Elaborado pelo autor com dados da Secretária do Tesouro Nacional.

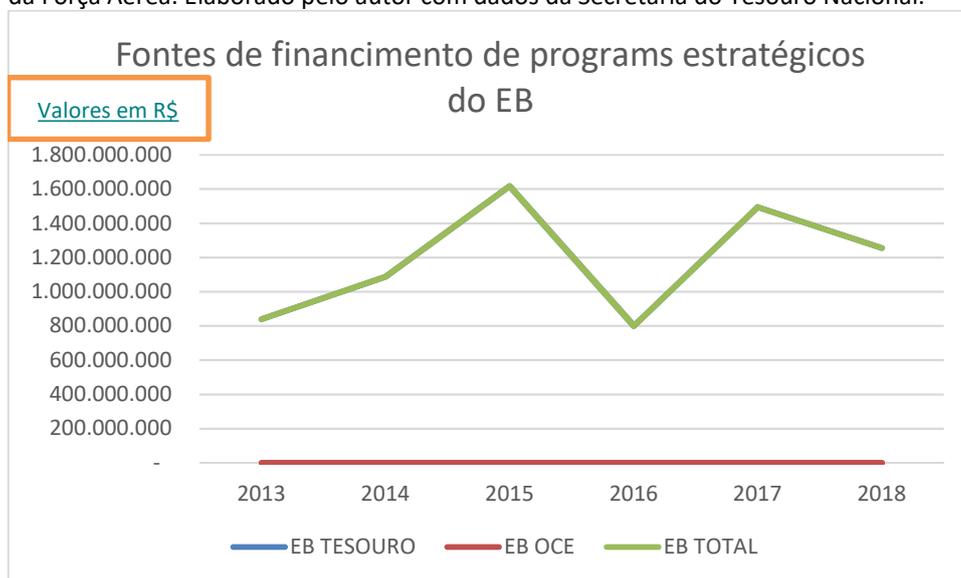


Figura 16 - Fonte de financiamentos dos programas estratégicos do Exército Brasileiro. Elaborado pelo autor com dados da Secretária do Tesouro Nacional.

Esta diferença entre o Exército Brasileiro e as demais Forças Singulares, motiva o estudo deste tema, para encontrar uma solução de financiamento para o PrgEE DA Ae, corrobora com esta intenção de verificar a OCE como uma opção, o depoimento de um Oficial-General do EB, tomado no trabalho de Trigo (2007, p 123): “todos os projetos que envolviam

operações de crédito, eu sempre vi que eles terem uma continuidade mais regular, embora não a ideal, do que outros projetos que eram totalmente custeados com recursos do Tesouro”.

3.3. Base Legal

A OCE possui amparo em diversos níveis legais, começando pela Constituição Federal Brasileira de 1988, maior estatuto legal do país, até a portaria da Comissão de Financiamentos Externos - Cofiex, órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Economia, responsável pela análise técnica do pedido de um financiamento externo.

A Constituição estabelece que o Senado Federal é o responsável por autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, desta forma, conforme aponta Loureiro (2001), no Brasil, o controle do endividamento público é realizado de forma centralizada pelo Senado Federal.

No caso específico das Forças Armadas, o Decreto Lei nº 1312, de 15 de fevereiro de 1974, já autorizava o executivo Federal dar a garantia do Tesouro Nacional em empréstimo externo para o financiamento de projetos de Segurança Nacional, dessa forma a previsão legal já existia antes da constituição e foi recepcionada pela carta magna do País

Outra legislação importante para o controle na contratação de Operação de Crédito Externo é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que segundo Nascimento (2001), a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, impõe sanções penais e fiscais para os agentes que descumprirem as normas deste estatuto. No caso da OCE, o ente público pode receber uma punição fiscal de não poder contratar operações de crédito, até sanar os efeitos do descumprimento da Lei.

Esta lei traz, ainda, um série de regras para a contratação de OCE, destacam-se: a fixação de limites impostos pelo Senado Federal e verificada pelo Ministério da Economia; previsão em Lei Orçamentária; parecer de órgãos técnicos e jurídicos do interessado, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação; e a vedação que no corpo do contrato de OCE, tenham cláusulas que importe na compensação automática de débitos e créditos.

3.4. Processo de Aprovação

Além da ampla legislação, a OCE apresenta um rito próprio para sua operacionalização, o que aumenta o controle e os filtros para uma eventual aprovação. Assim resume Oliveira (2012), o processo de concessão de um a OCE: primeiramente, o interessado, no caso de Projetos Estratégicos, O Ministério da Defesa, deverá, antes da fase de pré-negociação, registrar a operação no sistema eletrônico de operações financeiras do Banco Central do Brasil. Após este registro, haverá uma primeira manifestação da Secretária do Tesouro Nacional, caso seja favorável, o Ministério interessado poderá iniciar as negociações com a entidade concedente.

Paralelamente, o Ministério solicitante encaminhará um aviso ministerial ao Ministério da Economia, solicitando autorização para um OCE. Neste aviso deverá constar os objetivos do projeto a ser financiado, bem como as condições financeiras.

No Ministério da Economia, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisará o processo, apondo pareceres técnico e jurídico, demonstrando a relação custo/benefício do projeto e as vantagens econômicas e sociais do mesmo, informando ainda as fontes alternativas para financiar o referido projeto.

Após a avaliação da Procuradoria, o processo volta a Secretária do Tesouro Nacional, a qual verifica as margens de endividamento da União e se o projeto está alinhado com as Leis Orçamentárias do País, voltando então para a Procuradoria, a qual emite parecer ao Ministro da Economia.

Aprovado pelo Ministro, este leva o processo ao Presidente da República, que autorizando pela parte do Executivo Federal, pede autorização ao Senado Federal, o qual tem a previsão constitucional, acima mencionada, de autorizar a União contratar a Operação de Crédito Externo.

Após a aprovação por resolução do Senado Federal, a Procuradoria solicita parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, mediante o compromisso de cumprimento das cláusulas financeiras do organismo estrangeiro financiador, para então, o Ministro da Economia autorizar a Procuradoria ou Embaixador do Brasil, no país do organismo financiador, assinar o contrato de financiamento, com garantia do Tesouro Nacional Brasileiro.

Outra fase importante na contratação de uma OCE é a seleção do agente financiador, pois as taxas a serem praticadas, bem como a garantia, de que o financiador irá cumprir os compromissos do contrato comercial são fundamentais para a concretização da operação.

Neste sentido a Cofix, no seu Manual de Financiamentos Externos (Ministério da Economia, 2019b) aponta os principais agentes externos que destinam recursos para financiamentos no Brasil:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- Banco Mundial;
- Corporação Andina de Fomento – CAF;
- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;
- KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU – KFW, Agência oficial do Governo Alemão;
- Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD,
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA;
- Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA;
- New Development Bank – NDB, Banco multilateral de Desenvolvimento criado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS);
- Global Environment Facility – GEF, organização financeira independente; e
- Banco Europeu de Investimentos – BEI.

4. METODOLOGIA

4.1. Escolhas metodológicas

Lakatos & Marconi (2006) afirmam que a metodologia a ser empregada nos trabalhos científicos está diretamente relacionada aos objetivos da pesquisa, portanto devido a pluralidade de objetivos deste trabalho, decidiu-se por uma abordagem tanto qualitativa, como quantitativa, utilizando-se de três métodos de pesquisa: a pesquisa documental, as entrevistas e o questionário.

Nesse sentido foram feitas as seguintes tarefas para que se obtivesse um resultado mais robusto, diante dos objetivos propostos por este trabalho:

- Pesquisa documental sobre a situação do PrgEE DA Ae, suas vulnerabilidades e necessidades;
- Pesquisa documental sobre o financiamento de programas estratégicos das Forças Armadas, comparando a diferença na evolução dos principais programas estratégicos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, verificando o percentual de contribuição da OCE nestes programas;
- Pesquisa documental sobre Operações de Crédito Externo, apresentando o conceito, a base legal, o rito de autorização e a participação no montante das receitas da União;
- Caracterização do cenário econômico brasileiro atual, focalizando na limitação de expansão de gastos impostos pela Emenda Constitucional nº 95, a qual limitou o gasto público brasileiro por 20 anos;
- Análise qualitativa exploratória das percepções dos gestores na área de orçamento da Administração Pública Federal do Brasil, por intermédio de entrevistas; e
- Análise quantitativa das percepções de agentes da administração do EB, por intermédio de aplicação de questionário.

Portanto, acredita-se que após soma dos achados da pesquisa documental, das entrevistas e do questionário, ajudou atingir globalmente o objetivo geral da pesquisa, que é descobrir se as operações de créditos externos serão uma forma viável de financiamento para impulsionar a execução do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea, no atual cenário econômico brasileiro.

A seguir será apresentada cada abordagem da metodologia seguida neste trabalho, expondo a relação de cada uma com os objetivos específicos propostos.

4.2. Pesquisa Documental

Os métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem (Silva et al 2009, pág2)

A pesquisa documental, cita Bailey (1994, apud De Oliveira et al, 2016 b), é uma técnica de análise em documentos que contêm informações, as quais deseja-se estudar; e de maneira simplória, De Oliveira et al (2016 b) definiu que documento é todo o tipo de material que possa ser usado com fonte de informação, podendo ser físico ou não.

Diante disto, tomou-se como fonte dados da Lei Orçamentária Anual dos anos de 2009 até o presente ano, além de informações do Relatório de Gestão do Ministério da Defesa, que forneceu informações sobre os recursos inicialmente previstos e os efetivamente recebidos.

Além disso, foi de fundamental importância os dados do Portal da Transparência do Governo Federal, bem como os números do Portal do Tesouro Nacional, dois quais foram extraídos dados para confecção das tabelas com dados orçamentários.

Nesta etapa de coleta de dados foi possível atingir o objetivo específico de explorar o PrgEE DAAe, suas necessidades orçamentárias e suas vulnerabilidades no atual cenário econômico, para tal, foram analisadas publicações, palestras e legislações específicas do Comando do Exército que tratavam sobre o tema, notadamente uma pode ser considerada de grande valia, a memória do programa, documento elaborado pelo Escritório de Projetos do Exército, no qual extraiu-se informações importantes sobre o andamento do Programa, como suas finalidades; suas necessidades orçamentárias, o seu cronograma de implantação; e as razões para o seu atraso.

Com a pesquisa documental foi possível, ainda, identificar a base legal da OCE e a operacionalização deste tipo de financiamento, com uma pesquisa na legislação dos antigos Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda, que se fundiram no atual Ministério da Economia.

Foi possível, ainda, extrair os dados numéricos, tornando possível quantificar a utilização das receitas provenientes de OCE pela união, notadamente nas Forças Armadas. Dessa forma, foi atingido o objetivo específico de comparar a evolução do Programas Estratégicos das outras Forças Singulares com o PrgEE Da Ae.

Outra contribuição da pesquisa documental foi o embasamento conceitual, o qual serviu de suporte para os outros dois métodos de pesquisa, especificamente, na formulação das entrevistas, bem como nos quesitos do questionário.

Para melhor relatar a pesquisa documental foram elaborados os capítulos sobre a apresentação do PrgEE DA Ae e seu Enquadramento Econômico e Técnico e o capítulo do Enquadramento Teórico e Legislativo sobre Operações de Crédito Externo.

4.3. Abordagem Qualitativa

Patton (1990) acredita que a entrevista começa com a suposição que a perspectiva do entrevistado é importante, conhecida e capaz de ser explicada, por isso, as entrevistas foram importantes para se atingir o objetivo específico de colher e analisar as percepções dos gestores de orçamento sobre a viabilidade de uma OCE para impulsionar o PrgEE DA Ae, no atual cenário econômico.

4.3.1. Procedimentos e participantes

Optou-se por selecionar um grupo específico de entrevistados, os quais tivessem experiência profissional e nível de decisório-hierárquico compatíveis com os objetivos propostos pela pesquisa.

Para as entrevistas foram selecionadas 6 pessoas, especialistas na área de orçamento e OCE. As entrevistas tiveram a duração entre, aproximadamente 18 e 39 minutos e foram realizadas entre janeiro e maio de 2019. Antes da participação no estudo, foi obtido o consentimento informado, livre e esclarecido dos participantes.

Os respondentes tinham idades compreendidas entre os 40 e 65 anos. O nível de escolaridade variou entre mestrado e doutorado. Os participantes apresentavam em média 28 anos de experiência assumindo funções distintas, conforme caracterização sociodemográfica da Tabela nº 3. Um dos entrevistados foi assessor do Programas Estratégicos do Exército, outro teve uma participação ativa na contratação internacional da aeronave da FAB, três eram oficiais generais, um deles era ainda diretor de orçamento do Ministério da Defesa e, por fim, uma das entrevistas foi dirigida ao chefe do escritório de projetos do Exército. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Caracterização sociodemográfica						
	Idade	Função Ocupada	Tempo de Serviço	Órgão	Data	Duração da Entrevista
E1	48	Assessor da Secretária de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa	30 anos	FAB	02 Fev 18	18:10
E2	40	Diretor de Orçamento do Ministério da Defesa	15 anos	MD	29 Jan 18	39:15
E3	41	Assessor do PrgEE DA Ae	24 anos	EB	31 Jan 18	20:11
E4	62	Adjunto da Gerência do Projeto FX2 - COPAC	43 anos	EB	29 Jan 18	29:29
E5	55	Diretor de Gestão Orçamentária do Exército	39 anos	EB	31 Jan 18	18:09
E6	60	Chefe do Escritório de Projetos do Exército	40 anos	FAB	29 Jan 18	38:03

Tabela 3. Caracterização sociodemográfica na análise qualitativa.

4.3.2. Método de Recolha

Foi utilizada uma lista de tópicos com objetivo de recolher o máximo de dados possíveis dos entrevistados, tendo como parâmetro a experiência profissional de cada um, para que conforme aponta Patton (1990), acessar a perspectiva da pessoa que está sendo entrevistada.

Foram incluídas questões relacionadas ao orçamento; ao PrgEE DA Ae; aos financiamentos externos e ao cenário econômico atual. Mais especificamente, o assessor do PrgEE DA Ae pode esclarecer as características e as necessidades do programa. Por sua vez, na entrevista ao participante, que tinha uma participação ativa na contratação internacional da aeronave da FAB, foi esclarecida toda a dinâmica da referida contratação, mais especificamente taxas praticadas; a diferenciação entre o contrato comercial e o financeiro; as condições econômicas correntes e o andamento do contrato, nas atuais restrições econômicas brasileiras.

Nas entrevistas aos oficiais gerais, que participaram das últimas operações de crédito externo que o Exército executou, foram tocados em pontos relativamente à capacidade atual do Exército montar e gerir um OCE; da real necessidade de ser uma OCE para

o PrgEE DA Ae e principalmente sobre a execução de uma operação de crédito no cenário econômico atual. Este cenário econômico também foi tema da entrevista com o diretor de orçamento do Ministério da Defesa, bem como as restrições fiscais atuais; das vantagens e desvantagens de OCE no cenário atual; da vinculação da receita e principalmente da relação da operação de crédito com o recebimento de limites orçamentários. Por sua vez, com o chefe do escritório de projetos do Exército foram abordadas mais questões sobre o PrgEE DA Ae, sobre câmbio e da capacidade de o EB conduzir uma OCE.

4.3.3. Análise de dados

Para analisar os dados, foram identificados temas que emergiram de conceitos dominantes nas entrevistas. Este processo envolveu uma extensiva revisão das transcrições e constante comparação, sendo possível o agrupamento nos seguintes temas: diagnóstico do PrgEE DA Ae; característica de uma OCE; o cenário econômico atual; OCE em outras Forças Singulares; taxas e câmbio; capacitação de pessoal e capacidade de o Exército conduzir uma OCE.

4.4 Abordagem Quantitativa

Segundo Richardson (1989), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

A vantagem de uma abordagem quantitativa segundo Patton (1990) é poder medir as percepções de várias pessoas com um conjunto limitado de quesitos e isto foi possível neste trabalho por intermédio de um questionário aplicado a grupo de militares com experiência administrativa.

Com esse questionário foi possível atingir o objetivo de colher e analisar as percepções de militares, que trabalham na área administrativa do EB, sobre o diagnóstico do PrgEE DA Ae, sobre a viabilidade de um contrato para a antiaérea similar ao Gripen, sobre a factibilidade de uma OCE no atual cenário econômico e sobre a capacidade atual de o Exército Brasileiro contratar uma OCE.

4.4.1. Procedimentos e participantes

Segundo Marconi & Lakatos (2006), depois de redigido o questionário precisa ser testado e deste foi enviado para teste, por um grupo de 05 pessoas com experiência no tema

e que cursaram ou que estão cursando o Mestrado de Negócios Internacionais, com objetivo de reparar possíveis erros.

Após o teste, o questionário foi divulgado através de link, que foi transmitido por e-mail para os militares das seguintes repartições : 6ª Subchefia do Estado Maior do Exército, responsável pelo gerenciamento do orçamento do Exército; Secretária de Economia e Finanças do Exército, responsável pela execução e supervisionamento da execução orçamentária; e Escritório de Projetos do Exército, responsável pelos Programas Estratégicos.

Os detalhes da explicação dos objetivos de pesquisa e procedimentos foram dados na primeira página do questionário, destacando-se a natureza voluntária e anônima do estudo. Antes de avançar para o preenchimento do questionário, os participantes tinham de dar o seu consentimento informado através usando uma caixa de verificação.

A tabela nº 4 apresenta a caracterização sociodemográfica da amostra incluída na análise quantitativa. Os participantes tinham em média 41 anos, com um tempo de serviço prestado ao EB de mais de 21 anos de presença na força. Entre os participantes, 37,7% tinham o cargo de Assessor e 13,2 % de gestores de Projeto/Programa. Mais de 40% dos participantes tinham experiência profissional no orçamento.

Caracterização sociodemográfica		
Idade em anos (M ± DP) = 41.21 ± 9.934		
Tempo de Serviço em anos (M ± DP) = 21.46 ± 12,326		
Variável	N	%
Escolariedade		
Licenciatura	11	20,8
Pós-graduação	20	37,7
Mestrado	15	28,3
Doutorado	3	5,7
Pós-doutorado	3	5,7
Função Ocupada		
Gestor de Projeto/Programa	7	13,2
Cargo Diretivo/Gestor de Recursos	6	11,3

Assessor	20	37,7
Outros	19	35,8
Experiência com orçamento		
Sim	22	41.5
Não	30	56.6

Tabela 4 Caracterização Sociodemográfica quantitativa Legenda: M = Média, DP = Desvio Padrão

4.4.2 Método de recolha

Foi desenvolvido um questionário de autorrelato que incluiu questões relacionadas com o PrgEE DA Ae, para percepção sobre uma OCE para impulsionar o programa. Foram consideradas 4 subescalas referentes: (i) diagnóstico do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea, incluindo 13 itens; (ii) a avaliação da viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae com 5 itens; (iii) cenário econômico atual para o iniciar uma contratação internacional que envolveu 7 itens; e (iv) capacidade de o Exército Brasileiro conduzir uma contratação internacional com 3 itens. Os participantes foram convidados a responder o quanto concordavam com as diferentes questões apresentadas usando uma escala de Lickert de 6 pontos (1 =Discordo fortemente; 2= Discordo; 3=Nem discordo, nem concordo; 4= Concordo; 5=Concordo fortemente; 6 =Sem Opinião). Cada item foi individualmente analisado, tendo sido ainda obtida a média para cada uma das 4 subescalas incluídas.

4.4.3 Análise estatística

Foram conduzidas análises estatísticas e inferenciais usando o Statistical Package for Social Sciences, version 24 (SPSS Inc., Chicago) software. Foram determinadas as frequências, médias, desvios-padrão e amplitudes inter-quartil para cada um dos itens incluídos no questionário, bem como a média obtida para cada uma das subescalas. As diferenças entre participantes com e sem experiência em orçamento foram determinadas usando o teste de Mann-Whitney, mediante uma distribuição que diferiria significativamente da distribuição normal. Adicionalmente, foram conduzidas correlações de Spearman rho para averiguar a relação entre o tempo de serviço e a percepção dos entrevistados.

5. Resultados

Segundo Prodanov (2013), os resultados devem ser organizados de acordo com metodologia adotada pelo autor, dessa forma, a seguir serão apresentados os resultados da análise documental, das entrevistas e do questionário.

5.1. Análise documental

A pesquisa documental serviu de sustentação e embasamento do presente estudo, além de servir para responder os objetivos deste trabalho. Para um melhor entendimento, os achados da pesquisa documental foram agrupados em temas, que serão apresentados a seguir:

5.1.1. Situação do PrgEE DA Ae

O PrgEE DA Ae está com dificuldade para seguir o seu cronograma inicial, conforme aponta a figura nº 2. Esta dificuldade, acima de tudo, é proveniente da falta de recursos, demonstrado na tabela nº01, não obstante a incipiente tecnologia, também, é um fator de atraso.

A maior dificuldade do Programa, segundo o Escritório de Projetos do Exército, é na parte do subsistema de média altura, cujo início está previsto para 2024, o que, em certa medida, possibilita tempo hábil para o EB construir uma solução para resolver o problema.

A análise, apenas do ponto de vista do PrgEE DA Ae, sugere que o Brasil necessita de uma solução que envolva transferência de tecnologia e disponibilidade de recursos, devido à falta de recursos e pela incipiente tecnologia para desenvolver o sistema, principalmente na média altura.

A solução do problema deverá ser prioridade, pois o país não dispõe do sistema de média altura, inviabilizando a Defesa Aeroespacial como todo, pois aquele sistema é parte fundamental da defesa mencionada, portanto o Brasil necessita recorrer ao mercado internacional para adquirir o sistema e, em conjunto, uma solução de financiamento, tendo em vista a falta de alocação de recursos do Tesouro Nacional para esta atividade, conforme demonstrado na pesquisa documental.

5.1.2. Financiamento de Programas Estratégicos das Forças Armadas.

Restou demonstrado, com os dados apresentados na figura nº15, que a solução de financiamento externo é bem utilizada pela Marinha e pela Força Aérea Brasileira, diferentemente da solução de financiamento utilizada pelo EB, o qual faz uso apenas de recursos do Tesouro Nacional para financiar os seus programas estratégicos.

Os Programas Estratégicos Prosub e Gripen, ao optarem pela OCE, receberam de partida, um montante elevado de recursos, conforme visto na figuras nº 4. No caso da Marinha, o orçamento de investimento, no primeiro ano do Prosub, cresceu 388%.

Já no caso Gripen, o incremento no orçamento foi de 124%, no primeiro ano do Programa. O EB, por sua vez, incluiu 4 programas em 2014 e obteve apenas 94% de acréscimo em seu orçamento.

Os percentuais apresentados revelam que, quando o Programa tem suporte de uma OCE, o aporte inicial de recursos é bem elevado, quando comparado com o programa que não tem o suporte de OCE, como é o caso dos programas do EB.

Outra constatação foi quanto ao comportamento do planejado versus o executado, conforme figura nº 3, a partir 2016 o PrgEE DA Ae não conseguiu executar o planejado, diferentemente do Prosub e do Gripen, que estão conseguindo executar o recurso planejado, inferindo, assim, que a OCE contribui para manter o fluxo de recursos.

5.1.3. O Cenário econômico atual.

Na atualidade, o Brasil passa por uma crise fiscal (figura nº 11), na qual o governo gasta mais do que arrecada, principalmente em gastos obrigatórios, como por exemplo, pagamento de funcionários públicos, dificultando a alocação de recursos para investimentos nos Programas Estratégicos das Forças Armadas.

Para controlar a crise fiscal foi promulgada a EC/95, que limitou os gastos públicos, dificultando, ainda mais, os investimentos nos Programas Estratégicos, pois não há espaço para aumento de despesas, conseqüentemente não há como incrementar o PrgEE DA Ae.

A OCE pareceria uma solução para a falta de recursos do Tesouro Nacional, no entanto as entrevistas e ratificação na pesquisa documental demonstraram que o empréstimo externo, para pagar despesas correntes também é considerado despesa primária, dessa forma, sujeito ao limite de gastos impostos pela EC/95. Diante do exposto, a abertura de um

OCE, agora, irá de encontro a ideia de reversão do déficit primário para superávit primário, almejada pelo Governo Federal e projetada pelo FMI (Figura nº13).

Outra impossibilidade demonstrada na pesquisa documental é a transposição de limites de outros gastos do orçamento do EB para a aplicação no PrgEE DA Ae, tendo em vista a destinação obrigatória de mais de 80% dos recursos do Exército (figura nº12), ou seja, há um “engessamento” do orçamento do EB em despesas obrigatórias, que inibem novos investimentos em programas estratégicos.

5.2. Análise das entrevistas

Um estudo qualitativo foi feito, com base na análise das entrevistas que visam colher e analisar as percepções dos gestores de orçamento sobre a viabilidade de uma OCE para impulsionar o PrgEE DA Ae, no atual cenário econômico. Para um melhor entendimento, os assuntos abordados pelos entrevistados foram agrupados em temas, que serão apresentados a seguir.

5.2.1. O diagnóstico do PrgEE DA Ae

Tomando como base o depoimento de E3: “ (...) Seria muito difícil avançar em tecnologia, sem contar com o apoio do exterior (...) “; (...) Caótica, caótica, se for depender do recurso que está vindo atualmente e que a projeção para o ano que vem é até pior, em termos de recursos, não sai nem daqui a cem anos (...) “ , verificou-se que o PrgEE DA Ae está com consideráveis dificuldades, pois além de escassez de recursos, o Brasil não dispõe de tecnologia para impulsionar o programa. O subsistema de média altura é o que mais necessita de atenção, pois ainda não saiu do papel, como referiu o entrevistado E3: “(...)como por exemplo o nível da média altura, que é inexistente (...)”. O alto custo de desenvolvimento e aquisição deste subsistema prevê um aporte de recursos que o programa não dispõe.

Outro problema é que a média altura não pode ser adquirida em etapas, por ser um sistema único, dificultando ainda mais a sua compra, por isso os entrevistados apontam que uma OCE seria o ideal para resolver este problema de aquisição, pois disponibilizaria o total de recursos para adquirir o equipamento na sua totalidade, conforme disse o entrevistado nº 6: “ (...) eu vejo como única possibilidade de chegar a média altura, porque pagando 50 a 60 milhões por ano , você nunca vai conseguir juntar, você não vai conseguir comprar pedaços do sistema, porque o sistema é caro né”.

No entanto, há interesse do mercado internacional, bem como empresas aptas em absorver a tecnologia do programa, como por exemplo a Avibras, citada por mais de um dos entrevistados. Esse fato favorece um contrato comercial com transferência de tecnologia, suportado por uma OCE. Além disso, há possibilidade de integração dos diversos subsistemas, o seja, uma aquisição, no exterior, de uma parte do sistema não afetaria a compatibilidade com os outros subsistemas já adquiridos, deixando de ser um complicador para uma aquisição internacional, conforme afirmou E3: "(...)então em uma primeira fase, o material já vinha completo ou seja, tanto com o radar estrangeiro, quanto o centro de operação estrangeiro, como os mísseis e sistema de armas estrangeiros, aí numa segunda fase esse sistema de armas seria adquirido, mas já com a integração com sistemas nacionais desenvolvidos(...)".

Então por necessitar de tecnologia, ser de alto custo e precisar de um aporte inicial de recursos suficientes para compra de todo o subsistema de média altura, o PrgEE DA Ae pode se viabilizar por intermédio de uma OCE, conforme corrobora as palavras do entrevistado nº 06: "(...)É o caminho que estamos procurando atualmente. Concilia o desenvolvimento de tecnologia no país com o aporte de recursos / equipamentos já desenvolvidos no exterior(...)".

A necessidade de elaborar e implementar os Programas Estratégicos vem do desejo e da imposição de que o Brasil possua uma Força Terrestre capaz de fazer frente às ameaças externas, ou mesmo internas, que se apresentam na atualidade e no futuro. Assim, na opinião dos entrevistados, os programas são muito importantes para a transformação do EB e estão alinhados com seus Objetivos Estratégicos, como afirma o E3: "são importantes porque eles entregam capacidades e elevam a capacidade operacional da Instituição. Eles são investimentos que estão alinhados com os Objetivos Estratégicos do Exército".

5.2.2. Características de uma Operação de Crédito Externo

As características de uma operação de crédito foi outro tema abordado pelos entrevistados. O efeito vinculante da receita ao projeto foi apontado pelo E2: "(...) , há uma possibilidade e nesse cenário você ter uma receita vinculada ou uma OCE é um diferencial com certeza, passa a ser um diferencial grande, certo (...) , isso significa que os créditos obtidos por intermédio de uma OCE só podem ser aplicados no projeto sustentando pela operação, tornando-se, dessa forma, uma forma de garantir recursos exclusivos. Então a OCE garante a

continuidade do projeto, mantendo um fluxo de recursos para que o objeto do contrato seja entregue.

Outra vinculação apontada pelos entrevistados é a questão do vínculo moral que os administradores públicos têm com uma operação de crédito externo, como abordou o entrevistado nº 1: “ (...)Sabe o que acontece, na verdade eu digo pra você, que fica mais claro o vínculo moral da administração federal do governo né, como um todo, com o projeto, porque quando é financiado pelo orçamento aí os deputados, enfim todo mundo disputa, emendas é aquela coisa que a gente já tá cansado de ver(...)”.

Além disso, esta última característica acaba por ser um argumento a mais para que os gerentes dos programas, sustentados por operações de crédito, façam pressão por limites orçamentários, conforme afirma E2: “ (...) ,serve na realidade como um argumento a mais né, na realidade quando a gente tenta sensibilizar a equipe econômica agora, o Ministério da Economia aqui no brasil, serve como argumento a mais, que sem limite orçamentário você não vai conseguir cumprir as marcas contratuais da OCE e isso pode ensejar inclusive em multas, rescisões de contratos repactuações, que não estavam previstas (...) .

Já a perda da flexibilidade, apontada pelo entrevistado E2 quando refere que “(...) acabaria sendo pior, pois iria diminuir a possibilidade de gestão dele (...)”, é uma característica negativa, pois quando se tem uma OCE, devido a vinculação, a prioridade deve ser dada ao projeto que possui a operação de crédito, diminuindo a flexibilização de transposição de recursos entre projetos.

5.2.3. Cenário econômico atual

O cenário econômico atual não é o ideal para lançar uma OCE, segundo o E2. A Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que estipulou um teto de gasto público, impede a expansão da despesa, mesmo tendo a receita vinculada por uma OCE, Neste sentido é fala de E2: “ (...)então o projeto estratégico, finalmente falando isso tudo aqui, o projeto estratégico do exército ele hoje depende muito mais conseguir um espaço dentro desse teto, do que conseguir uma receita digamos assim vinculada ou uma operação de crédito que seja(...)” Dessa forma, um novo projeto não pode ser implementado, por não ser possível aumentar a despesa.

Corroborando com essa afirmação, os entrevistados afirmaram que, no atual cenário, o Governo não autorizaria uma operação de crédito, fato que vai ao encontro da diretriz do Ministério da Defesa de não abrir nenhuma OCE, conforme declarou um entrevistado nº 2:

“(…)tem uma diretriz muito forte no Ministério agora de vocês só dá continuidade naqueles projetos que já começaram, não dar início a nenhum outro projeto”.

Já a médio prazo, a EC/95 proporcionará um alívio nas contas públicas e, com isso, há possibilidade de superávit, se a arrecadação aumentar com a aceleração da economia. O referido superávit proporcionaria mais receitas internas, que indica que a operação de crédito externa deverá ser bem analisada frente as vantagens de se usar o superávit interno.

Há outro ponto de vista sobre o assunto acima, haverá espaço fiscal para novas despesas, as quais podem estar vinculadas a uma receita por intermédio de uma OCE, voltando ao cenário antes da crise, no qual ter uma receita vinculada ajudava a alavancar projetos, como foi o caso do Gripen e do Prosub.

5.2.4. O exemplo de outras forças singulares

As outras forças singulares lançaram OCE em um cenário de expansão de receitas, que sugere a seguinte pergunta: “Porque a receitas estavam aumentando e o próprio tesouro nacional não financiavam os projetos das forças armadas?” Os entrevistados alegam que grandes projetos necessitam de volume de receitas que não podem ser alocados de uma vez só, o que leva a necessidade de um financiamento, conforme cita E4. “ (...) ela te dá a oportunidade de adquirir um equipamento que você normalmente não teria condições de adquirir; é uma aquisição que se refere a coisas de longo prazo, que é uma dificuldade de fazer você fazer aquisições de longo prazo, ela estando equacionada dentro do orçamento (...)”, com isso a decisão fica entre obter um financiamento interno ou um externo.

Esta avaliação entre capitação interna versus taxas de juros externa, que é citada pelos entrevistados, como uma análise crucial no momento da decisão sobre a OCE, como indicou o entrevistado E1: “(...) essa negociação e aí você ter taxas menores no financiamento, então tudo isso teria que ser pensado aí na hora da decisão e devido a este fator, o caso Gripen é considerado um sucesso, pelas excelentes taxas obtidas na OCE, quando comparada às taxas internas de capitação (...)”.

Outro bom exemplo da FAB foi o acordo financeiro ser firmado dentro de uma parceria estratégica entre países alinhados politicamente, pois isto está facilitando a transferência de tecnologia, na parte do contrato comercial, bem como proporcionou taxas menores no contrato financeiro, de acordo com as palavras de E1: “ (...) Na verdade, eu não acho não, tenho certeza absoluta porque nas próprias cartas que foram trocadas, eles mesmos deixaram

claro que em função da parceria estratégica entre Brasil e Suécia e tudo mais e em prol do prazo eles estavam oferecendo aquelas condições pra gente, que de fato era imbatíveis (...)"

Os entrevistados também creditam a maior quantidade de recursos disponíveis, para investimentos na FAB e na MB em comparação ao disponibilizado ao Exército, por aqueles terem feitos OCE, para sustentarem seus programas estratégicos. Esse fato pode indicar a diferença entre o volume de investimentos recebidos pelo EB em comparação com as outras forças singulares, a fala de E4 comprova essa afirmação: "(...) . Então, realmente, eles têm hoje o maior aporte de recursos por conta disso sim e se o Exército lá atrás ao invés de ter decidido fabricar guarani no Brasil, tivesse importado blindados prontos, talvez ele tivesse no mesmo patamar das outras forças, mas não foi isso que aconteceu; a decisão foi de privilegiar o desenvolvimento nacional e a criação de empregos aqui e etc. (...)".

Há a percepção, tanto pelos membros do Exército, como disse o E4: "(...)Da ajuda exterior, aí não tenho a menor dúvida e as outras forças particularmente a força aérea não vai se recusar a isso; as forças é toda vez que a gente pede o apoio eles vão está trabalhando juntos até porque é uma oportunidade que eles vão ter para manter o contato para fazer relacionamento (...)", como por militares da FAB que a força terrestre não deve prescindir da ajuda externa e dos exemplos das forças singulares para a montagem de futuras operações de crédito.

5.2.5. Taxas e câmbio

A taxas cobradas são fundamentais para concretização de uma OCE e de acordo com o E1, que mais influencia na negociação dessas taxas são as condições econômicas correntes: "(...)Tudo influencia, não tenho menor dúvida, mas num contrato de financiamento que mais influencia mesmo são as famosas condições econômicas correntes né (...)".

No caso brasileiro, as condições econômicas estavam favoráveis quando da assinatura do contrato do Gripen, fato que contribuiu para um acordo vantajoso para o Brasil. Uma das vantagens foi não ter a commitment fee, que é a taxa de não utilização dos recursos. O banco, em muitos contratos financeiros, taxa esse custo de oportunidade, ou seja, ele deixa de fazer outro empréstimo, para colocar à disposição do tomador de empréstimo o valor que poderá ser usado. Então, não ter essa taxa é uma vantagem, ainda mais, para quem lida com os contingenciamentos do orçamento, pois ocorre com frequência a restrição, momentânea do

Tesouro Nacional, de não autorização para tomar o empréstimo, gerando assim a *commitment fee*.

Quanto ao câmbio, não uma ferramenta para evitar o risco, há apenas uma projeção a maior no orçamento para uma eventual elevação da cotação da moeda estrangeira, conforme informou E2: “(...) você faz sempre um ano antes né , você bota um comportamento mais agressivo ou seja um câmbio mais alto para se proteger de uma eventual variação cambial que muito provavelmente, no caso brasileiro, vai ocorrer, então você não pode botar, para projetar doze meses à frente (...)”

5.2.6. Capacitação de pessoal e a capacidade de o Exército conduzir uma OCE

Os entrevistados demonstram preocupação na preparação do Exército para conduzir novas OCE, alegam que a Força não pode esperar ser surpreendida com uma nova janela de oportunidades para este tipo de operação de crédito e por isso devem, desde já, organizar-se e aproveitar os seus recursos humanos que se capacitaram para trabalhar com esse assunto, conforme diz o entrevistado nº 4: “ (...) nós precisamos sim ter um núcleo nosso para se dedicar; que comece a pensar, porque se não a gente vai está sempre vivendo de susto, a cada hora e chega lá nós vamos tentar fazer uma operação de crédito, tá bom, mas como é que é isso ninguém sabe; as últimas operações foram feitas lá atrás, então tem muito tempo, mais de vinte anos, isso (...)”.

5.3. Análise dos questionários

Nesta fase dos resultados, serão analisadas as respostas aos questionários, aplicados em militares que trabalham na administração dos recursos disponibilizados ao EB, nesse sentido serão demonstrados: a percepção das prioridades entre os Programas Estratégicos do Exército; as frequências do grau de concordância e amplitude interquartil (IQR) dos 4 temas abordados no questionário; as diferenças entre participantes com e sem experiência em orçamento relativamente ao grau de concordância com as afirmações e por último a relação entre o tempo de experiência e a percepção dos respondentes

5.3.1. Percepção das prioridades entre os Programas Estratégicos do Exército

A tabela 5 ilustra as prioridades atribuídas pelos participantes a cada um dos projetos estratégicos. O Programa Sisfron foi considerado o projeto com a principal prioridade para

32,7% dos participantes, acompanhado do Cibernética (26,9%). O PrgEE DA Ae não figura nas primeiras prioridades, obtendo maiores percentagens como 5ª e 6ª prioridades. No entanto, só 3,8% dos entrevistados o apontam como última prioridade. Esses dados levam a concluir que o PrgEE DA Ae não é considerado prioritário para os membros do EB, infere-se que a alocação de recursos seja para programas mais prioritários.

Percepção dos entrevistados sobre os programas estratégicos prioritários em %					
Aviação	DAAe	Guarani	Proteger	Sisfron	Cibernética
3,8	7,7	13,5	3,8	32,7	26,9
21,2	5,8	7,7	9,6	26,9	13,5
26,9	17,3	7,7	5,8	3,8	17,3
21,2	19,2	15,4	3,8	7,7	13,5
13,5	23,1	28,8	7,7	-	13,5
9,6	23,1	7,7	25,0	19,2	9,6
3,8	3,8	19,2	44,2	9,6	5,8

Tabela 5- Percepção dos entrevistados sobre os programas estratégicos prioritários

5.3.2. Frequências do grau de concordância e amplitude interquartil (IQR)

Neste item serão analisadas as percepções com base nas frequências do grau de concordância e com base na amplitude interquartil das respostas apresentadas nos quatros temas do questionário aplicado.

a. Percepção sobre o diagnóstico do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea

A média da subescala para o grupo de assertivas que compõem o diagnóstico foi de 3,7017, revelando, no geral, uma concordância com o prognóstico apresentado nas perguntas.

A opção “concordo fortemente” foi a mais selecionada em afirmações, como a que relaciona a contratação internacional com uma parceria estratégica, a qual obteve na opção mencionada o percentual de 48,1%; e a afirmação que atribui uma importância da artilharia antiaérea para a defesa do território, a qual alcançou um índice de 46,2%, demonstrando a importância de uma parceria internacional para a incrementação do PrgEE DA Ae, bem como a relevância da defesa antiaérea para a soberania do território nacional.

No entanto, a afirmação “O Exército Brasileiro tem disponibilidade de recursos para desenvolver os 7 Programas do Subportifólio Defesa da Sociedade” gera desacordo em mais

de 50% dos entrevistados, demonstrando a necessidade de se priorizar a aplicação de recursos ou, até mesmo, em diminuir o número de programas estratégicos do Exército.

Sobre as dispersões, há questões que apresentam maior dispersão, assumindo uma amplitude interquartil de 2 dentro de uma margem que vai de 0 a 4.

Existe, também, um número considerável de entrevistados que desconhecem sobre o atraso do cronograma do PrgEE DA Ae, bem como não souberam opinar sobre o interesse do mercado internacional em financiar o programa, sendo essas perguntas técnicas, que se aceita um desconhecimento por parte dos participantes do questionário.

Diagnóstico do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea

Variável	Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente	Sem Opinião	IQR
	N(%)						
O PrgEE DA Ae é vital para a defesa do território brasileiro	0(0)	0(0)	5(9,6)	23(44,2)	24(46,2)	0(0)	1
O Cronograma do PrgEE DA Ae está atrasado	0(0)	2(3,8)	13(25,0)	18(34,6)	11(21,2)	8(15,4)	1,75
Há necessidade de mais recursos orçamentários para impulsionar o PrgEE DA Ae	1(1,9)	1(1,9)	8(15,4)	19(36,5)	22(42,3)	1(1,9)	1,0
Há recursos, no entanto, o Brasil não dispõe de tecnologia para desenvolver o PrgEE DA Ae	6(11,5)	18(34,6)	11(21,2)	6(11,5)	6(11,5)	5(9,6)	2,0
O Brasil não dispõe de recursos, tão pouco tecnologia para impulsionar o PrgEE DA Ae	4(7,7)	23(44,2)	13(25,0)	5(9,6)	5(9,6)	2(3,8)	1,0
O Exército Brasileiro tem disponibilidade de recursos para desenvolver os 7 Programas do Subportifólio Defesa da Sociedade	8(15,4)	18(34,6)	9(17,3)	11(21,2)	1(1,9)	5(9,6)	2,0

							2,0
Dentre os Programas Estratégicos do Exército, o PrgEE DA Ae é prioridade]	4(7,7)	10(19,2)	17(32,7)	14(26,9)	4(7,7)	3(5,8)	
A Artilharia de Média Altura é a parte do programa que mais necessita ser impulsionada	1(1,9)	4(7,7)	13(25,0)	16(30,8)	12(23,10)	6(11,5)	2,0
A contratação para aquisição da Artilharia de Média Altura deverá ser firmada com país, com o qual o Brasil tenha uma parceria estratégica, a fim de ter efetividade na transferência de tecnologia, bem como acesso a taxas financeiras mais baixas	0(0,0)	0(0,0)	13(25,0)	12(23,1)	25(48,1)	2(3,8)	2,0
Há interesse do mercado internacional em transferir tecnologia para o Brasil no âmbito do PrgEE DA Ae	1(1,9)	6(11,5)	16(30,8)	15(28,8)	7(13,5)	7(13,5)	1,0
Há disposição no mercado internacional de conceder crédito para o financiamento do PrgEE DA Ae	0(0,0)	6(11,5)	14(26,9)	16(30,8)	5(9,6)	11(21,2)	1,0
Há empresas nacionais capazes de receber a tecnologia a ser transferida no PrgEE DA Ae	0(0,0)	3(5,8)	10(19,2)	24(46,2)	11(21,2)	4(7,7)	1,0
Média das respostas: 3,7017							

Tabela 6 – Percepção sobre o diagnóstico do PrgEE DA Ae. Legenda: IQR - *interquartile range* (intervalo interquartil)

b. Percepção sobre a viabilidade de contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae

A média obtida para a subescala de avaliação da viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado ao PrgEE DA Ae foi de 3,8135. Verificamos assim que esta subescala registrou maior grau de concordância entre os respondentes, comparativamente às outras subescalas incluídas, isto revela que o modelo da contratação da aeronave Gripen deve ser seguido pelo Exército para impulsionar o PrgEE DA Ae.

Quando analisamos cada item individualmente, a opção “concordo” foi predominante, atingindo índices acima dos 40%. O nível de concordância atingiu 79,2% na variável que aponta a OCE como uma solução para o PrgEE DA Ae

Viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae

Variável	Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente	Sem Opinião	IQR
	N(%)						
A compra da aeronave GRIPEN é um caso de sucesso na aquisição de Produtos de Defesa	1(1,9)	4(7,7)	12(23,1)	22(42,3)	10(19,2)	3(5,8)	1,0
O modelo de aquisição do Gripen é ideal para impulsionar o PrgEE DA Ae, por proporcionarem recursos e tecnologia necessária ao Programa	1(1,9)	1(1,9)	16(30,8)	23(44,2)	9(17,3)	1(1,9)	1,0
A OCE é uma solução para o PrgEE DA Ae, por proporcionar uma continuidade de recursos, evitando atrasos no cronograma do Programa	1(1,9)	3(5,8)	11(21,2)	23(44,2)	13(25,0)	1(1,9)	2,0
A aquisição com transferência de tecnologia permite reduzir os altos custos de desenvolvimento de Produtos de Defesa	1(1,9)	3(5,8)	8(15,4)	21(40,4)	17(32,7)	2(3,8)	1,25
Mesmo com o risco cambial, ainda é interessante montar uma OCE para PrgEE DA Ae, devido aos benéficos que esta operação de crédito trará para o Programa	2(3,8)	6(11,5)	11(21,2)	20(38,5)	11(21,2)	2(3,8)	1,0
Média das respostas: 3,8135							

Tabela 7 – Percepção da viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae. Legenda: IQR - *interquartile range* (intervalo interquartil)

c. Percepção sobre o cenário econômico atual para o iniciar uma contratação de uma OCE

A média geral da subescala foi de 3,5985, diminuindo um pouco em relação aos dois grupos anteriores, mas ainda, mantendo um grau elevado de concordância que não há um cenário econômico ideal para a abertura de uma OCE.

No entanto, há que se destacar a variável que afirma que o PrgEE DA Ae deve continuar, o qual atingiu um percentual de mais de 80%, o que reafirma a importância da artilharia antiaérea para a defesa do território, pois, mesmo em cenário econômico adverso, os entrevistados apostam na continuidade do programa. A maioria concorda que o atual cenário não é favorável para começar uma OCE, o que sugere a continuidade do programa com os recursos do Tesouro Nacional, pelo menos a curto prazo.

Outro importante ponto para a pesquisa foi a dúvida se as outras forças singulares estão recebendo mais investimentos que o EB devido a terem operações de créditos. Essa dúvida persiste, pois o índice de “nem concordo e nem discordo” atingiu 30,8%, bem como, os que não opinaram alcançaram o índice de 21,2%, demonstrando a indefinição acima mencionada.

Já quanto ao IQR, o valor maior chegou ao índice 2 nas últimas duas variáveis, sendo no restante das questões apresentou uma baixa dispersão.

Cenário econômico atual para o iniciar uma contratação de uma OCE

Variável	Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente	Sem Opinião	IQR
N (%)							
Mesmo em cenário de ajuste fiscal, é importante para a Defesa do Brasil seguir com o PrgEE DA Ae	0(0,0)	5(9,6)	5(9,6)	24(46,2)	18(34,6)	0(0,0)	1,0
Uma Operação de crédito Externo para impulsionar o PrgEE DA Ae é uma solução para a falta de recursos do Tesouro Nacional	3(5,8)	8(15,4)	11(21,2)	16(30,8)	11(21,2)	1(1,9)	1,0
O cenário econômico atual não favorece uma contratação de OCE	0(0,0)	5(9,6)	11(21,2)	24(46,2)	7(13,5)	5(9,6)	1,0
A OCE impõe ao Governo Federal um compromisso internacional, que normalmente é honrado. Tal fato proporcionará ao PrgEE DA Ae um tratamento orçamentário distinto, minimizando cortes e contingenciamentos no crédito do Programa	0(0,0)	1(1,9)	13(25,0)	22(42,3)	12(23,1)	4(7,7)	1,75
É possível uma transposição de recursos entre Programas Estratégicos do Exército, para no caso de contingenciamento financeiro, priorizar o PrgEE DA Ae	2(3,8)	7(13,5)	9(17,3)	24(46,2)	8(15,4)	2(3,8)	1,0

O Exército Brasileiro deve se preparar para estar em condições de lançar uma OCE para o PrgEE DA Ae, assim que o cenário fiscal melhorar	0(0,0)	2(3,8)	13(25,0)	15(28,8)	20(38,5)	2(3,8)	2,0
A Força Aérea e a Marinha do Brasil estão recebendo mais recursos para investimento por terem Operações de Crédito Externo, suportando seus projetos estratégicos	2(3,8)	5(9,6)	16(30,8)	6(11,5)	12(23,1)	11(21,2)	2,0
Média das respostas:3,5985							

Tabela 8 - Percepção sobre o cenário econômico atual para o iniciar uma contratação de uma OCE Legenda: IQR - *interquartile range* (intervalo interquartil)

d. Percepção sobre a capacidade de o Exército Brasileiro conduzir uma contratação internacional

A média da subescala deste grupo de assertivas foi de 2,6339, indicando, que pela percepção dos entrevistados, o Exército Brasileiro não está bem preparado e capacitado para conduzir uma operação de crédito.

Neste último conjunto há uma variação de 02 a 03 no IQR, com destaque para variável que afirma que o Exército tem uma estrutura capaz de conduzi uma OCE, atingindo o índice 3, demonstrando uma dispersão maior dos resultados.

Esta mesma variável teve um elevado índice de discordância atingindo 34,6 %, somados os que discordam fortemente e os que discordam. Já o nível de concordância foi considerável nos que acham que o EB deve contratar um profissional para ajudar na OCE, que alcançou 57.7% dos entrevistados. O número de “sem opinião” não é expressivo.

Os entrevistados tendem a não concordar que o Exército Brasileiro não tem estrutura e tão pouco pessoal capacitado para conduzir uma contratação internacional, no entanto há uma concordância na contratação de um profissional para ajudar na montagem de uma OCE.

Capacidade de o Exército Brasileiro conduzir uma OCE

Variável	Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente	Sem Opinião	IQR
	N(%)						
O Exército Brasileiro tem, hoje, uma estrutura capaz de conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	13(25,0)	5(9,6)	14(26,9)	14(26,9)	2(3,8)	4(7,7)	3,0
O Exército Brasileiro, hoje, tem pessoal capacitado para conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	10(19,2)	6(11,5)	16(30,8)	16(30,8)	1(1,9)	3(5,8)	2,0
Há necessidade de contratar um profissional experiente para ajudar na montagem e execução da referida contratação	4(7,7)	4(7,7)	11(21,2)	17(32,7)	13(25,0)	3(5,8)	2,0
Média das respostas	2,6339						

Tabela 9 - Percepção sobre a Capacidade de o Exército Brasileiro conduzir uma contratação internacional. Legenda: IQR - *interquartile range* (intervalo interquartil)

5.3.3. Diferenças de percepções entre participantes com e sem experiência no orçamento

Globalmente, não existiram diferenças estatisticamente significativas relativamente à percepção dos participantes com ou sem experiência em orçamento, no que concerne a maioria das questões relacionadas no questionário. No entanto, existiram diferenças estatisticamente significativas nas questões relacionadas com interesse de o mercado internacional transferir tecnologia e com a variável de o Gripen ser um caso de sucesso. O grupo sem experiência no orçamento atribuiu, em média, pontuações mais elevadas do que o grupo com experiência na variável relacionada ao mercado internacional. Já em relação ao Gripen ser um caso de sucesso, o grupo com experiência teve maior concordância com o quesito.

Diferenças de percepções entre participantes com e sem experiência no orçamento

Variáveis	Com experiência no orçamento			Sem experiência			U Mann-Whitney Test	P
	M	Mdn	DP	M	Mdn	DP		
O PrgEE DA Ae é vital para a defesa do território brasileiro	4,41	4,50	0,666	4,33	4,00	0,661	308,50	0,706
O Cronograma do PrgEE DA Ae está atrasado	3,95	4,00	0,999	3,79	4,00	0,721	206,50	0,435
Há necessidade de mais recursos orçamentários para impulsionar o PrgEE DA Ae	4,19	4,00	0,873	4,17	4,00	0,950	315,00	1,000
Há recursos, no entanto, o Brasil não dispõe de tecnologia para desenvolver o PrgEE DA Ae	2,90	3,00	1,334	2,63	2,00	1,149	239,00	0,497

O Brasil não dispõe de recursos, tão pouco tecnologia para impulsionar o PrgEE DA Ae	2,95	3,00	1,359	2,48	2,00	0,829	254,00	0,291
O Exército Brasileiro tem disponibilidade de recursos para desenvolver os 7 Programas do Subportifólio Defesa da Sociedade	2,29	2,00	1,102	2,77	2,50	1,070	206,50	0,141
Dentre os Programas Estratégicos do Exército, o PrgEE DA Ae é prioridade]	3,00	3,00	1,170	3,14	3,00	1,026	281,00	0,853
A Artilharia de Média Altura é a parte do programa que mais necessita ser impulsionada	3,95	4,00	0,945	3,67	4,00	1,144	232,00	0,408
A contratação para aquisição da Artilharia de Média Altura deverá ser firmada com país, com o qual o Brasil tenha uma parceria estratégica, a fim de ter efetividade na transferência de tecnologia, bem como acesso a taxas financeiras mais baixas	4,33	5,00	0,913	4,17	4,00	0,805	265,00	0,416
Há interesse do mercado internacional em transferir tecnologia para o Brasil no âmbito do PrgEE DA Ae	3,05	3,00	0,99	3,80	4,00	0,866	141,00	0,009
Há disposição no mercado internacional de conceder crédito para o financiamento do PrgEE DA Ae	3,33	3,50	0,907	3,65	4,00	0,982	177,00	0,429
Há empresas nacionais capazes de receber a tecnologia a ser transferida no PrgEE DA Ae	3,85	4,00	0,875	3,93	4,00	0,813	272,00	0,863
A compra da aeronave GRIPEN é um caso de sucesso na aquisição de Produtos de Defesa	4,05	4,00	0,785	3,48	4,00	1,014	200,00	0,035

O modelo de aquisição do Gripen é ideal para impulsionar o PrgEE DA Ae, por proporcionarem recursos e tecnologia necessária ao Programa	3,86	4,00	0,774	3,68	4,00	0,905	285,00	0,635
A OCE é uma solução para o PrgEE DA Ae, por proporcionar uma continuidade de recursos, evitando atrasos no cronograma do Programa	3,95	4,00	0,899	3,79	4,00	0,978	288,00	0,540
A aquisição com transferência de tecnologia permite reduzir os altos custos de desenvolvimento de Produtos de Defesa	4,14	5,00	1,062	3,90	4,00	0,900	246,00	0,222
Mesmo com o risco cambial, ainda é interessante montar uma OCE para PrgEE DA Ae, devido aos benéficos que esta operação de crédito trará para o Programa	3,86	4,00	1,167	3,46	4,00	0,999	234,00	0,137
Mesmo em cenário de ajuste fiscal, é importante para a Defesa do Brasil seguir com o PrgEE DA Ae	4,05	4,00	1,046	4,07	4,00	0,828	316,50	0,782
Uma Operação de crédito Externo para impulsionar o PrgEE DA Ae é uma solução para a falta de recursos do Tesouro Nacional	3,60	4,00	1,273	3,41	4,00	1,150	260,00	0,532
O cenário econômico atual não favorece uma contratação de OCE	3,79	4,00	0,787	3,64	4,00	0,911	247,00	0,674
A OCE impõe ao Governo Federal um compromisso internacional, que normalmente é honrado. Tal fato proporcionará ao PrgEE DA Ae um tratamento orçamentário distinto, minimizando cortes e contingenciamentos no crédito do Programa	3,95	4,00	0,826	3,93	4,00	0,766	269,50	0,815

É possível uma transposição de recursos entre Programas Estratégicos do Exército, para no caso de contingenciamento financeiro, priorizar o PrgEE DA Ae	3,85	4,00	1,040	3,40	4,00	1,037	227,00	0,132
O Exército Brasileiro deve se preparar para estar em condições de lançar uma OCE para o PrgEE DA Ae, assim que o cenário fiscal melhorar	4,14	5,00	1,062	4,00	4,00	0,802	263,50	0,400
A Força Aérea e a Marinha do Brasil estão recebendo mais recursos para investimento por terem Operações de Crédito Externo, suportando seus projetos estratégicos	3,65	3,00	1,412	3,42	3,00	1,018	183,00	0,565
O Exército Brasileiro tem, hoje, uma estrutura capaz de conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	2,70	3,00	1,218	2,75	3,00	1,323	266,50	0,780
O Exército Brasileiro, hoje, tem pessoal capacitado para conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	2,70	3,00	1,261	2,93	3,00	1,100	256,50	0,490
Há necessidade de contratar um profissional experiente para ajudar na montagem e execução da referida contratação	2,70	4,00	1,309	3,62	4,00	1,147	276,00	0,783

Tabela 10 - Diferenças de percepções entre participantes com e sem experiência no orçamento. Legenda: M = Média; Mdn = Mediana; DP = Desvio Padrão; U = Mann-Whitney test; p = significância

5.3.4. Relação entre o tempo de experiência e a percepção dos respondentes

Existiu uma relação positiva estatisticamente significativa entre o aumento do tempo de serviço e uma avaliação mais positiva de 3 variáveis, ou seja, militares com mais tempo de serviço apresentaram um maior nível de concordância com as questões destacadas na tabela nº 11.

No que se refere ao primeiro quesito, o PrgEE DA Ae é vital para a defesa do território brasileiro, o resultado não é surpreendente, uma vez que os militares com mais tempo de serviço dominam assuntos no nível estratégico, o que está relacionado com conhecimento sobre a defesa do território nacional em todos os seus aspectos. Isto justifica a concordância em maior grau com esta questão,

Já em relação as outras duas questões: o Cronograma do PrgEE DA Ae está atrasado e há necessidade de mais recursos orçamentários para impulsionar o PrgEE DA Ae, militares com mais tempo de serviço conhecem melhor as capacidades e as deficiências do Exército, devido a sua vivência nacional, característica da profissão militar.

Em contraste, existiu uma relação negativa estatisticamente significativa entre o tempo de serviço e a avaliação de variáveis destacadas, ou seja, militares com mais tempo de serviço apresentaram uma menor concordância com estas questões: o Exército Brasileiro tem disponibilidade de recursos para desenvolver os 7 Programas do Subportifólio Defesa da Sociedade; o Exército Brasileiro tem, hoje, uma estrutura capaz de conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen; e o Exército Brasileiro, hoje, tem pessoal capacitado para conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen

Quanto a esses quesitos é razoável a divergência de posições, devido ao mesmo motivo do item anterior, a experiência dos mais antigos faz com que eles percebam melhor a incapacidade atual de o exército conduzir os setes programas estratégicos, e da mesma forma acreditam que o EB não tem plena capacidade de conduzir um operação de crédito na atualidade.

Relação entre o tempo de experiência e a percepção dos respondentes

Variável	r	p
O PrgEE DA Ae é vital para a defesa do território brasileiro	0,298	0,03
O Cronograma do PrgEE DA Ae está atrasado	0.418	0,005
Há necessidade de mais recursos orçamentários para impulsionar o PrgEE DA Ae	0.368	0,008
Há recursos, no entanto, o Brasil não dispõe de tecnologia para desenvolver o PrgEE DA Ae	-0,204	0,169
O Brasil não dispõe de recursos, tão pouco tecnologia para impulsionar o PrgEE DA Ae	0,212	0,139
O Exército Brasileiro tem disponibilidade de recursos para desenvolver os 7 Programas do Subportifólio Defesa da Sociedade	-0,297	0,043
Dentre os Programas Estratégicos do Exército, o PrgEE DA Ae é prioridade]	-0,229	0,114
A Artilharia de Média Altura é a parte do programa que mais necessita ser impulsionada	0,284	0,053
A contratação para aquisição da Artilharia de Média Altura deverá ser firmada com país, com o qual o Brasil tenha uma parceria estratégica, a fim de ter efetividade na transferência de tecnologia, bem como acesso a taxas financeiras mais baixas	-0,108	0,457
Há interesse do mercado internacional em transferir tecnologia para o Brasil no âmbito do PrgEE DA Ae	-0,143	0,347
Há disposição no mercado internacional de conceder crédito para o financiamento do PrgEE DA Ae	-0,204	0,200
Há empresas nacionais capazes de receber a tecnologia a ser transferida no PrgEE DA Ae	0,137	0,353

A compra da aeronave GRIPEN é um caso de sucesso na aquisição de Produtos de Defesa	0,136	0,353
O modelo de aquisição do Gripen é ideal para impulsionar o PrgEE DA Ae, por proporcionarem recursos e tecnologia necessária ao Programa	0,224	0,119
A OCE é uma solução para o PrgEE DA Ae, por proporcionar uma continuidade de recursos, evitando atrasos no cronograma do Programa	0,111	0,439
A aquisição com transferência de tecnologia permite reduzir os altos custos de desenvolvimento de Produtos de Defesa	0,147	0,309
Mesmo com o risco cambial, ainda é interessante montar uma OCE para PrgEE DA Ae, devido aos benéficos que esta operação de crédito trará para o Programa	0,123	0,394
O modelo de aquisição do Gripen é ideal para impulsionar o PrgEE DA Ae, por proporcionarem recursos e tecnologia necessária ao Programa	0,224	0,119
A OCE é uma solução para o PrgEE DA Ae, por proporcionar uma continuidade de recursos, evitando atrasos no cronograma do Programa	0,111	0,439
A aquisição com transferência de tecnologia permite reduzir os altos custos de desenvolvimento de Produtos de Defesa	0,147	0,309
Mesmo com o risco cambial, ainda é interessante montar uma OCE para PrgEE DA Ae, devido aos benéficos que esta operação de crédito trará para o Programa	0,123	0,394
Mesmo em cenário de ajuste fiscal, é importante para a Defesa do Brasil seguir com o PrgEE DA Ae	0,247	0,077
Uma Operação de crédito Externo para impulsionar o PrgEE DA Ae é uma solução para a falta de recursos do Tesouro Nacional	0,239	0,99
O cenário econômico atual não favorece uma contratação de OCE	-0,101	0,498
A OCE impõe ao Governo Federal um compromisso internacional, que normalmente é honrado. Tal falta proporcionará ao PrgEE DA Ae um	0,165	0,262

tratamento orçamentário distinto, minimizando cortes e contingenciamentos no crédito do Programa		
É possível uma transposição de recursos entre Programas Estratégicos do Exército, para no caso de contingenciamento financeiro, priorizar o PrgEE DA Ae	-0,147	0,309
O Exército Brasileiro deve se preparar para estar em condições de lançar uma OCE para o PrgEE DA Ae, assim que o cenário fiscal melhorar	-0,104	0,472
A Força Aérea e a Marinha do Brasil estão recebendo mais recursos para investimento por terem Operações de Crédito Externo, suportando seus projetos estratégicos	-0,150	0,350
O Exército Brasileiro tem, hoje, uma estrutura capaz de conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen.	-0,316	0,029
O Exército Brasileiro, hoje, tem pessoal capacitado para conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen.	-0,390	0,006
Há necessidade de contratar um profissional experiente para ajudar na montagem e execução da referida contratação.	0,206	0,156

Tabela 11 - Relação entre o tempo de experiência e a percepção dos respondentes Legenda: M = Média; Mdn = Mediana; DP = Desvio Padrão; U = Mann-Whitney test; p = significância

Pelo exposto na introdução do item, corroborado com os números da Tabela 11, conclui-se globalmente, que não houve divergência significativas nas opiniões dos entrevistados entre os menos experientes e os mais experientes.

Apenas em 06 itens do total de 31 itens, ou seja, em menos de 20%, houve pequena divergência, que pode explicada pela vivência profissional e o maior entendimento de assuntos mais complexos da carreira militar dos mais experientes em relação aos mais novos.

6. Conclusão.

Ao final deste importante estudo realizado, chega-se as conclusões abaixo discriminadas que respondem aos objetivos propostos por este trabalho.

6.1 Atendimento dos Objetivos Específicos e do Objetivo Geral

Segundo Marconi & Lakatos (2006), a finalidade da pesquisa é obter respostas para questões, por intermédio de métodos científicos, como por exemplo a formulação de objetivos. No presente trabalho, foram traçados alguns objetivos específicos, que deram suporte ao objetivo principal do estudo: As operações de créditos externos serão uma forma viável de financiamento para impulsionar a execução do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea, no atual cenário econômico brasileiro. Dessa forma, a seguir serão respondidos os objetivos específicos, para que ao final o objetivo Geral deste trabalho seja atendido.

Passando ao primeiro objetivo específico, que foi **explorar o PrgEE DA Ae, suas necessidades orçamentárias e vulnerabilidades diante do cenário econômico atual**, pode concluir-se, parcialmente, que o PrgEE DA Ae:

- É um sistema dissuasório contra ataques externos, fundamental para Defesa do Brasil;
- Não vem recebendo recursos suficientes para sua implementação, o que acarreta no atraso do cronograma inicialmente previsto; e
- Necessita de tecnologia exterior para o seu completo desenvolvimento

Já o segundo objetivo foi **comparar a evolução do Programas Estratégicos das outras Forças Singulares com a evolução do PrgEE DA Ae**. Os dados e relatos demonstram que os Programas Estratégicos das outras Forças Singulares estão mais avançados, devido aos seguintes fatores:

- As outras forças singulares concentraram esforços e recursos em um grande programa estratégico, diferentemente do EB que tem sete programas, dificultando a priorização de recursos. Para além deste problema, o PrgEE DA Ae não é prioridade dentre os programas, o que dificulta, ainda mais, sua implementação;
- Os programas das outras forças têm suporte de uma OCE, a qual financia parte dos contratos comerciais, que contam com transferência de tecnologia. Já o PrgEE DA

Ae é financiado pelo Tesouro Nacional e não tem, por enquanto, parceria internacional para transferência de tecnologia; e

- Há um distanciamento entre o planejado e o executado no PrgEE DA Ae, na questão da alocação de recursos, de forma diferente, nos Programas Estratégicos Prosub e Gripen existe uma compatibilidade entre o planejado e o recebido de recursos, o que é uma vantagem para a sustentação dos mencionados programas.

Outro objetivo específico foi **identificar a base legal da OCE, a operacionalização deste tipo de financiamento, e a utilização deste tipo de receita na União, notadamente nas Forças Armadas Brasileiras.**

A pesquisa permitiu, inferir parcialmente que a Operação de Crédito tem uma extensa base legal, até com previsão constitucional, o que demonstra a importância do tema. Além disso restou comprovado que para se obter um financiamento externo deste tipo, o tomador deverá se submeter a um rito complexo, no entanto, importante para justificar a necessidade da captação de recursos no exterior.

Quanto a utilização, as Forças Armadas são as principais tomadoras deste tipo de empréstimo, com exceção do EB, o qual não tem nenhum programa financiado externamente, descartando a hipótese de a Força Terrestre usar essa ferramenta de financiamento para sustentar o PrgEE DA Ae

Por sua vez, o quarto objetivo específico foi de **colher e analisar as percepções dos gestores de orçamento sobre a viabilidade de uma OCE para impulsionar o PrgEE DA Ae, no atual cenário econômico e sobre a capacidade atual de o Exército Brasileiro contratar uma OCE.** Após a análise, chegam-se às seguintes conclusões parciais:

- A artilharia de média altura deverá ser adquirida de uma vez só, por ser tratar de um sistema que não pode ser comprado peça por peça, sendo a OCE uma solução para um aporte inicial de recursos suficientes para compra total do sistema;

- A OCE é uma solução por vincular o recurso ao programa, evitando assim aplicação do recurso em outra finalidade;

- O cenário é de diminuição de despesas primárias e não de expansão de gastos, e como a OCE é classificada como despesa primária, não seria normal o Governo Federal aprovar um empréstimo deste;

- O cenário econômico atual não é o ideal para o lançamento de uma OCE, no entanto, os gestores de orçamento veem este investimento externo como uma oportunidade de incrementar a indústria e assim melhorar a economia do País.

- Existe a possibilidade, caso todas as medidas econômicas do Governo Federal tenham eficácia, de uma reversão da crise fiscal, permitindo, nos próximos anos, espaço no orçamento da União para investimentos em políticas públicas de defesa nacional.

- O EB perdeu a expertise de conduzir uma OCE;

- Nos quadros do Exército, há pessoal especializado em contratações internacionais, que não está trabalhando na área, até mesmo pelo fato de o EB ter optado por não usar OCE em seus Programas.

- Não há um órgão responsável por conduzir uma OCE, diferentemente do que acontece na Força Aérea, na qual há uma equipe de profissionais capacitados em contratação internacional, que estão reunidos para conduzir a aquisição da aeronave Gripen.

- Há possibilidade de cooperação com as outras forças singulares, com intuito de absorver conhecimento na área de contratação internacional.

O quinto objetivo específico foi **colher e analisar as percepções de militares, que trabalham na área administrativa do EB, sobre o diagnóstico do PrgEE DA Ae, sobre a viabilidade de contrato para a antiaérea, sobre a factibilidade de uma OCE no atual cenário econômico e sobre a capacidade atual de o Exército Brasileiro contratar uma OCE, observando as diferenças nas percepções colhidas por grupos distintos. Globalmente, os resultados sugeriram que, para a maioria dos participantes:**

- Uma contratação internacional dentro de parceria estratégica é uma solução para impulsionar o PrgEE DA Ae;

- A artilharia antiaérea é importante para a Defesa brasileira e os esforços para o seu aperfeiçoamento por intermédio do PrgEE DA Ae deverão ser mantidos, apesar da crise econômica;

- O Brasil não tem recursos para desenvolver os sete Programas Estratégicos do EB;

- O modelo de contratação da aeronave Gripen é um exemplo que poderá ser seguido pelo EB.

- O Exército Brasileiro não tem a mesma capacidade das outras Forças Armadas, mas poderá contar com o apoio das outras Forças Singulares.

Quanto a diferença entre os grupos, verifica-se que não existiram diferenças estatisticamente significativas na opinião entre militares com ou sem experiência em orçamento, com exceção de tópicos relacionados ao sucesso do Gripen e ao interesse do mercado internacional no PrgEE DA Ae. Este resultado justifica-se no fato de os tópicos serem muito específicos e até certo ponto, subjetivos.

Quanto a opinião divergente entre os militares com mais tempo de serviço e os com menos tempo, os primeiros apresentaram maior concordância com questões relacionadas a importância do PrgEE DA Ae para a defesa do território, ao atraso do programa e a necessidade de mais recursos para a Defesa Antiaérea. A justificativa para esta diferença de opinião deve-se ao fato de os militares com mais tempo de serviço terem um conhecimento mais aprofundado sobre os programas do EB, podendo assim, apontar, com mais facilidades, as necessidades e dificuldades dos Programas Estratégicos.

Por fim e após responder os objetivos específicos da pesquisa, debruça-se sobre o Objetivo Geral: **As operações de créditos externos serão uma forma viável de financiamento para impulsionar a execução do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea , no atual cenário econômico brasileiro?**

A OCE é uma forma viável de financiamento para impulsionar o PrgEE DA Ae, de forma semelhante que vem acontecendo nas outras Forças Singulares.

No entanto, o cenário econômico não é o ideal para abertura de uma OCE, pois o Governo quer reduzir o deficit orçamentário e dificilmente aprovaria um OCE, que aumenta o endividamento.

O momento atual é de capacitação em contratação internacional e adequação das estruturas, para que o EB possa implementar o PrgEE DA Ae com uma OCE, na oportunidade que o Governo Federal tenha espaço fiscal para contrair um financiamento.

6.2 Possíveis contribuições da pesquisa

Existe um escasso número de estudos que se focam sobre o tema abordado neste projeto, dessa forma, o simples fato de abordar temas relacionados à Defesa é uma significativa contribuição para o conhecimento científico

Outra possível contribuição é tratar sobre investimento direto estrangeiro em mercado de defesa, pois em tempo de crise financeira é necessário que hajam recursos externos para incentivar a economia local e este mercado é caracterizado por ser um catalisador de produtos com alto valor agregado, importante para gerar emprego e renda para o país, além de internacionalizar mais a economia brasileira, em tempos de globalização.

Nesse sentido, Boellinger & Netto(2019) apontam que Políticas de defesa são de grande relevância para Estados soberanos, pois essas políticas públicas oferecem contribuições importantes ao desenvolvimento nacional e à inserção internacional, demonstrando assim a importância sobre o estudo dos Programas Estratégicos, o qual é uma Política de Defesa.

O estudo desse assunto também reveste de importância, quando o país necessita achar soluções com o máximo de economicidade, como aponta Tanaka (2018), o qual afirma que um cenário extremamente restritivo, cada vez mais a sociedade brasileira exige do Governo a aplicação judiciosa dos recursos públicos.

Mais uma possível contribuição do presente estudo é servir como instrumento de apoio a decisão dos chefes militares, para melhor escolha como financiar e impulsionar os Programas Estratégicos ou, até mesmo, concluir importantes projetos em andamento, os quais foram empregados importantes recursos, sendo que a conclusão desses projetos vai ao encontro do princípio da efetividade dos gastos públicos.

6.3 Limitações do estudo

A literatura que relaciona investimento direto estrangeiro e produtos de defesa é escassa, por isso, o presente estudo baseou-se mais em legislação e menos em artigos científicos.

Outra limitação foi a entrevista feita pela rede mundial de computadores, ficou a impressão que os entrevistados resistem muito a esse tipo de entrevistas, pois muitos dos entrevistados, por vezes, adiaram a mesma e até mesmo não aceitaram fazê-la, alegando que a entrevista presencial seria a melhor opção.

A escassez de militares do Exército, com experiência em Operações de Crédito Externo, dificulta a busca de informações de procedimentos, de quem vivenciou na prática, este tipo de contratação internacional.

6.4 Sugestões para futuras investigações

Uma sugestão para uma futura investigação seria um aprofundamento no estudo do efeito cambial nas contratações internacionais, verificou-se que não há uma ferramenta para proteção cambial no nível do Ministério da Defesa, portanto um estudo nesta área poderia apontar um caminho para esta lacuna.

Outra investigação possível seria um estudo sobre as taxas praticadas nos contratos internacionais em comparação com as taxas de captação internas dos títulos públicos, fato que auxiliaria futuras decisões sobre a contratação de uma OCE.

Bibliografia

- Ambros, C.C. (2017). Base Industrial de Defesa e Arranjos Institucionais: África do Sul, Austrália e Brasil em perspectiva comparada (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Barbosa Filho, F. de H. (2017). A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31(89), 51–60.
- Banco Central do Brasil. (2018). Manual de Estatísticas Fiscais (p. 48). Consultado em 10/04/2019, disponível em <https://www.bcb.gov.br/conteudo/homeptbr/FAQs/FAQ%2004-Indicadores%20Fiscais.pdf>.
- Bôas, E. V. (2015). Pensamento e Intenção do Comandante do Exército. Diretriz de Comando. Gabinete do Comandante do Exército. Brasília.
- Boellinger & Netto, (2019), C. V. & W. S (2019). Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília
- Brasil. (1964). Lei nº 4320 (1964). Lei de Finanças Públicas. Diário Oficial da União de 23/3/1964, Brasília. Consultado em 07/12/2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Consultado em 29/06/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (2018). Estratégia Nacional de Defesa. Decreto Legislativo nº 179 de 14/12/2018. Consultado em 03/04/2019. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/30745258>
- Brasil. (2018). Política Nacional de Defesa Consultado. Decreto Legislativo nº 179 de 14/12/2018. Consultado em 03/04/2019. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/30745258>
- Borges, M. D., & Pinto, K. C. R. (2013). As negociações internacionais do Brasil em cooperação militar contemporâneas: o caso aeronáutico com a França. *Meridiano* 47, 14(136), 25–32. <https://doi.org/10.20889/8471>
- Carvalho D. C. (2010). O Estado Beligerante Um estudo da formação do conceito na obra de Fred J. Cook e de Herbert Marcuse. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

- Côrtes, A. M. A. (2011). Operação de Crédito Externo - Instrumento de captação de recursos para implementação de projetos da Estratégia Nacional de Defesa: uma proposta (Dissertação de Mestrado). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.
- DefesaNet. (2019). Indústria de defesa gera milhares de empregos e é estratégica para a soberania nacional. Consultado em 03/07/2019, disponível em <http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/33829/Industria-de-defesa-gera-milhares-de-empregos-e-e-estrategica-para-a-soberania-nacional/>
- Degaut, M. (2017). Brazil's Military Modernization: Is a New Strategic Culture Emerging? *Rising Powers Quarterly*, 2(1), 271–297. Consultado em 10/06/2019, disponível em <http://risingpowersproject.com/wp-content/uploads/2017/02/vol2.1-Marcos-Degaut.pdf>
- De Oliveira Andrade, I., da Silva Filho, E. B., Hillebrand, G., & Sumi, M. C. (2016 a). O Fortalecimento da Indústria de Defesa do Brasil.
- De Oliveira Garcia, M., Rodrigues, P. E. L., Emmendoerfer, M. L., Gava, R., & Silveira, S. de F. R. (2016 b). Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. Consultado em 13/10/2019, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/oaiart?codigo=5562162>
- Dias, L. L. G. S., dos Santos, A. C., & Ramos, C. E. D. F. (2019). A nova estratégia nacional de defesa e o alinhamento do programa estratégico do exército guarani. *Revista Da Escola Superior de Guerra*, 33(69), 174–197.
- Gouvea, R. (2018). Brazil's defense industry: Challenges and opportunities. *Comparative Strategy*, 37(4), 346–359. <https://doi.org/10.1080/01495933.2018.1497371>
- DefesaNet. (2015). DefesaNet - Base Industrial Defesa - Cortes no Orçamento ameaçam a linha de blindados da Iveco e atividade militar da Embraer. Consultado em 05/10/2019, disponível em <http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/19226/Cortes-no-Orcamento-ameacam-a-linha-de-blindados-da-Iveco-e-atividade-militar-da-Embraer/>
- Degaut, M. (2017). Brazil's Military Modernization: Is a New Strategic Culture Emerging? *Rising Powers Quarterly*, 2(1), 271–297. Consultado em 08/09/2019, disponível em <http://risingpowersproject.com/wp-content/uploads/2017/02/vol2.1-Marcos-Degaut.pdf>.
- EPEX. (2017). Apresentação do escritório de Projetos do Exército para o Ministério da Economia. Estado Maior do Exército. Brasília

- EPEX. (2017b). Memória de Transformação do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea. Estado Maior do Exército. Brasília
- Exército Brasileiro. (2013). Concepção de Transformação do Exército 2013-2022. Publicada no Boletim do Exército no 51/2013. Secretária Geral do Exército. Brasília
- Exército Brasileiro. (2017). Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro. Portaria Nº 54 do Comandante do Exército. Publicada no Boletim do Exército no 06/2017. Secretária Geral do Exército. Brasília.
- Lamsiraroj, S. (2016). The foreign direct investment–economic growth nexus. *International Review of Economics and Finance*. Geelong
- LOUREIRO, M. R. (2001). O Senado no Brasil recente: política e ajuste fiscal. *São Paulo Em Perspectiva*, 15(4), 53–61. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400007>.
- Macedo, F. (2018). Os impactos da reforma trabalhista um ano após vigência. Consultado em 01/10/2019, disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/os-impactos-da-reforma-trabalhista-um-ano-apos-vigencia/>
- Marconi & Lakatos, M. de A. & E. M. (2006). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6ª edição. Editora Atlas. São Paulo
- Marcos Lima, E., & Jose Rezende, A. (2019). Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. *Interacoes*. Campo Grande.
- Ministério da Defesa (2012). Livro Branco de Defesa Nacional. Consultado em 07/12/2018, disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>
- Ministério da Defesa. (2018). Relatório de Gestão do Exercício de 2017. Secretária Geral do Ministério da Defesa. Brasília.
- Ministério da Economia. (2019). Manual Técnico de Orçamento. 6ª Versão. Disponibilizada em 20 de maio de 2019. Secretária de Orçamento Federal do Ministério da Economia. Brasília.
- Ministério da Economia. (2019a). Manual de financiamentos externos — Ministério da Economia. Consultado em 07/10/2019, disponível em <http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/guias/manual->

de-financiamento-externos.pdf/view

Nascimento, E. R. (2001). Lei Complementar 101/2000. Revista Jurídica Da Presidência, 3(30).

Oliveira, J. R. A. (2012). REGIME JURÍDICO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO DE INTERESSE DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS. Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário, 4(1, Jan/Jun).

Patton, M. Q., & Patton, M. Q. Q. e. m. (1990). Qualitative evaluation and research methods (2nd ed. ed.). Newbury Park, Calif. ; London: Sage.

Paiva, L. E. R. (2015). O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil. Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas Para a Defesa No Brasil. Brasília: IPEA: NEP, 185–232.

Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale

Ramalho da Rocha, A. J. (2016). El lugar de Brasil en la nueva agenda latinoamericana de seguridad y defensa. Retrieved from https://dialnet.unirioja.es/servlet/oaiart_codigo=5673543

Rêgo, R. (2017). As perspectivas econômicas para o País até 2022 e seus reflexos para o Processo de Transformação do Exército Brasileiro. Informativo. Estratégico, 23. Ano 3, Número 6, Março de 2017. Estado Maior do exército. Brasília.

Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989. SIMÕES, MG e SHAW, IS. Controle e Modelagem Fuzzy, 2.

Secretaria de Orçamento Federal (2018). Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2019. Brasília, 2018. 48p.

Secretária do Tesouro Nacional. (2017). Manual para Instrução de Pleitos. Consultado em 07/06/2019, disponível em <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/>.

Secretária do Tesouro Nacional. (2019). Resultado do Tesouro Nacional - Artigo Política Fiscal - STN. Consultado em 01/10/2019, disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>.

Serrano, F., & Summa, R. (2018). Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira. *Novos Estudos*, (111), 174-189

Silva, L. R. C. D., Damaceno, A. D., Martins, M. D. C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M. S. D.

(2009, October). Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In Congresso Nacional de Educação (Vol. 9, pp. 4554-4566).

Tanaka, M.D. (2018). Operações de crédito externo entre Brasil e Suécia: fonte de financiamento para aquisição de material de defesa essencial para a transformação do Exército Brasileiro (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga

Teixeira, W. A. (2014). Gestão de projetos estratégicos indutores da transformação do Exército Brasileiro.

TCU. (2019). Plano estratégico: 2019-2025. Secretaria de Governança, Gestão e Planejamento, Tribunal de Contas da União. Brasília.

Trigo, Y.F. (2017). Operações de Crédito Externo: opção face à utilização de recursos do Tesouro para financiamento de projetos de Defesa no Brasil (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.

Veloso, F. A., Villela, A., & Giambiagi, F. (2008). Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, 62(2), 221–246. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>

APÊNDICE A – LISTA DE TÓPICOS PARA ENTREVISTAS

1. Como o Sr- avalia o sistema de Defesa Antiaéreo Brasileiro?
2. se não citar os equipamentos dos Grande Eventos, perguntar em que medida os equipamentos ajudaram no sistema.
3. O Projeto de Defesa Antiaérea, agora é Programa de Defesa Antiaérea, em que medida essa mudança poderá impulsionar o referido Programa?
4. Como o Sr. avalia o andamento do cronograma do PrgEE DA Ae;
5. Se não abordar, falar sobre Necessidade versus disponibilidade de recursos;
6. Qual é a perspectiva de recebimento de recursos, frente à limitação da EC/95;
7. As limitações no orçamento do Programa, bem como os contingenciamentos no limite de empenho são os únicos motivos para atraso no programa?
8. Como o Sr. avalia os reflexos do atraso no cronograma do PrgEE Da Ae?
9. Como o Sr. avalia na atual conjuntura a negociação com outros programas para uma flexibilização/transposição de limites em caso de contingenciamento de recursos?
10. O 1º Tranche está atrasado, de que maneira isso impacta os outros tranche?
11. Em que medida a variação cambial vem sendo um obstáculo para o avanço do PrgEE Da Ae
12. Na opinião do Sr., qual seria uma alternativa, a médio prazo, para incrementar o projeto?
13. Como o Sr. avalia a capacidade tecnológica de o Brasil desenvolver o sistema de Defesa Antiaérea? Se não for específico em Média Altura, fazer a seguinte
14. Qual é a percepção que o Sr. tem sobre a capacidade de a indústria brasileira desenvolver todos os sistemas necessários para todos os subsistemas de média altura do PrgEE Da Ae ?
15. Qual é a visão do Sr.de o EB iniciar uma Operação de Crédito Externo para o desenvolvimento e para a aquisição do Sistema de Média Altura?
16. Dentro dessa visão, o Sr. vislumbra uma aquisição semelhante ao ocorrido com a aeronave Gripen, como o Sr. enxerga essa possibilidade?
17. Ainda dentro do contexto de uma OCE, o Sr. poderia comentar como está sendo tratado ou vislumbra a possibilidade de transferência de tecnologia?

18. Como o Sr. avalia o interesse do mercado internacional de vender o sistema de defesa de média altura com a possibilidade de transferência de tecnologia e com financiamento externo?
19. Como o Sr. avalia a possibilidade do PrgEE Da Ae de buscar de parceiros internacionais para o desenvolvimento/compra de média altura?
20. Além da média altura outro subprojeto necessita de parcerias internacionais?
21. Num eventual interesse da indústria nacional, imagina-se um atrativo comercial, qual é a visão do EPEX, do potencial do mercado de média altura, para de certa forma, ter dados para incentivar a indústria brasileira?
22. Como O Sr. avalia o interesse de empresas nacionais em desenvolver o sistema de média altura?
23. Em relação ao apelo político, como o PrgEE Da Ae vem tratando com as autoridades governamentais, para mostrar a importância para a sociedade de uma reestruturação da DA Ae brasileira.
24. Qual é a análise do Sr. sobre as reais capacidades de o PrgEE Da Ae, talvez com ajuda do EPEX, dá início a uma OCE? Se não comentar sobre estrutura, perguntar sobre isso
25. Como o Sr. avalia a capacidade de o Exército Brasileiro dar início a uma operação de crédito externo?
26. Como o Sr. analisa uma parceria com a MB e a FAB para adquirir conhecimento e montar uma OCE?

APÊNDICE B – SITUAÇÃO DO PRGEE DA Ae – IDEIAS FORÇAS APRESENTADAS

Entrevistados	Situação do PrgEE DA Ae/ Ideias Forças
Entrevistado 03	Deficiências em vários níveis
	Média Altura inexistente
	Média altura necessita de aporte financeiro maior do que os outros subsistemas
	O PrgEE DA Ae, atualmente, depende da tecnologia exterior para avançar
	O Brasil necessitaria de 10 a 20anos para um desenvolvimento próprio do sistema de média altura
	O cronograma está atrasado
	Não vem recebidos os recursos programados
	a solução passa pela compra de um material pronto com financiamento externo
	a média altura é independente de outros subsistemas
	3 a 5 anos para recebimento e operacionalização do sistema
Avibras e Embraer empresas brasileiras capazes de receber a tecnologia	
Entrevistado 04	Maior óbice é financeiro
	O programa com mais chance para obter uma OCE
Entrevistado 05	O programa tem maturidade para receber uma OCE e a média altura necessita de uma operação de crédito externo
	É um objeto ideal para uma OCE, pois tem um valor alto e é um programa que demanda conhecimento tecnológico, o qual o Brasil não dispõe
	Avibras tem capacidade de absorver a tecnologia
Entrevistado 06	o PrgEE DA Ae tem entraves financeiros e tecnológicos
	Há empresas nacionais com interesse no Programa

APÊNDICE C – CARACTERÍSTICAS DE UMA OCE – IDEIAS FORÇAS APRESENTADAS

Entrevistados	Características da OCE/Ideias Forças
Entrevistado 01	A aprovação da OCE depende muito mais de taxas do que dos benefícios socioeconômicos
	Aumento do vínculo moral dos administradores públicos com o Projeto
Entrevistado 02	Vinculação da receita à despesa
	Argumento a mais para pedir limites orçamentários, mas não vinculante
	Minimiza a flexibilidade de transposição de limites orçamentários entre programas
	Restrição para abertura de novas OCE no âmbito do Ministério da Defesa
	Financia a indústria de defesa, importante setor da economia
Entrevistado 04	No cenário de EC/95, uma nova OCE aumenta a disputas entre os programas por recursos
	O compromisso internacional da OCE leva a uma maior responsabilidade do Governo
	Permite adquirir produtos de alto valor
Entrevistado 05	Permite ao EB adquirir uma capacidade em um curto espaço de tempo
	Permite comprar um sistema como todo, pois há objetos que são adquiridos na sua totalidade
	A OCE deve financiar Programas que proporcionam uma nova tecnologia para o país
	A OCE proporcionará uma continuidade de recursos aos Programas Estratégicos

APÊNDICE D – CENÁRIO ATUAL – IDEIAS FORÇAS APRESENTADAS

Entrevistados	Cenário Atual/Ideias Forças
Entrevistado 01	A importância das condições econômicas correntes para a realização de um bom contrato financeiro
Entrevistado 02	EC/95 diminui a importância da vinculação de receita
	EC/95 limita as despesas e diminui o espaço discal
	Os projetos dependem muito mais de espaço fiscal do que receita vinculada
	O superávit nas contas públicas sugere o financiamento com recursos do Tesouro Nacional frente a opção de OCE
	A transferência de tecnologia está sendo mais importante do que o financiamento
	Na queda da EC/95, a OCE volta a ser uma possibilidade
Entrevistado 04	EC/95 diminui o espaço fiscal
	A EC/95 leva à priorização de gastos
	O Governo dificilmente aprovará uma nova OCE no atual cenário
	Cenário de estrangulação dos serviços públicos
Entrevistado 05	O Cenário não está positivo
	Não há espaço fiscal para uma OCE

APÊNDICE E – COOPERAÇÃO E EXEMPLOS DE OUTRAS FORÇAS SINGULARES– IDEIAS FORÇAS

APRESENTADAS

Entrevistados	Cooperação e exemplos das outras Forças Singulares/Ideias Forças
Entrevistado 01	Caso Gripen é considerado um sucesso devido as boas condições financeiras.
	A importância de se ter uma parceria estratégica
	A sustentação que a OCE dá para o projeto
	A disposição em passar o conhecimento para o Exército montar uma OCE
	Relevância de uma equipe numerosa para minimizar a rotatividade dos militares
Entrevistado 02	O GRIPEN e o PROSUB foram concebidos em cenário de expansão das receitas, que não eram suficientes volumosas para financiar grandes projetos em um curto espaço de tempo.
Entrevistado 04	Começaram na frente
	A necessidade de ajuda das outras forças singulares
Entrevistado 05	As OCE são uma obrigação que as outras Forças Singulares colocam na mesa de negociação para receber limites orçamentários

APÊNDICE F – TAXAS DE CÂMBIO– IDEIAS FORÇAS APRESENTADAS

Entrevistados	Taxas e Câmbio
Entrevistado 01	Projeção da variação cambial para estimar melhor o orçamento da União/Ideias Forças
	A diferença da proteção cambial do setor público para o setor privado
	Taxas da OCE do Gripen foram vantajosas, menores que as que o Governo consegue no mercado interno. Não teve a <i>commitment fee</i>
	A importância da parceria estratégica para se conseguir melhores taxas
	Comparação das taxas da OCE com os índices das dívidas do tesouro nacional lançadas no mercado financeiro
Entrevistado 02	Relação entre as Taxas do Programas da FAB e MB com a realidade econômica do país
Entrevistado 04	As taxas mudam com o cenário econômico
Entrevistado 06	O Exército está tentando implementar ferramentas para proteção cambial.
	O câmbio é um fator a ser levado em consideração

APÊNDICE G— CAPACIDADE E CAPACITAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO— IDEIAS FORÇAS APRESENTADAS

Entrevistados	Capacidade e Capacitação/Ideias Forças
Entrevistado 01	Para uma melhor a capacidade do pessoal é importante a capacitação constante, treinamento e permanência na função
Entrevistado 04	Preparar a estrutura para gerir uma OCE na espera de uma nova janela de oportunidade
	Aproveitar melhor os recursos humanos capacitados
	A Diretoria de Gestão Especial deveria ser o local para montar uma estrutura de OCE, bem como um local para aproveitar melhor o pessoal que está se capacitando
Entrevistado 05	O EB deve ter um planejamento para lançar uma OCE quando o cenário econômico melhorar
Entrevistado 06	Possibilidade de contratar uma empresa para ajudar na montagem de uma OCE

Questionário

*Obrigatório

Estudo das Percepções de uma Operação de Crédito Externo para o Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão



Este questionário insere-se num projeto de investigação realizado no âmbito do Mestrado em Negócios Internacionais da Universidade do Minho e pretende explorar as percepções dos operadores de orçamento e dos programas estratégicos do Exército Brasileiro sobre uma Operação de Crédito Externo (OCE), similar à aquisição da aeronave Gripen, para impulsionar a Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae).

O questionário encontra-se dividido em cinco partes: caracterização sociodemográfica; diagnóstico do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae); avaliação da viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae; Percepção do cenário econômico atual para o iniciar uma contratação internacional e a capacidade de o Exército conduzir uma contratação internacional.

O seu preenchimento terá a duração de aproximadamente 15 minutos. Os dados recolhidos serão tratados de modo anônimo e confidencial e não serão associados à sua identidade.

Investigador: George Henrique de Souza Cordeiro (georgecordeiro@uol.com.br)

Orientação: Professora Doutora Cristiana Leal

1. *

Marcar tudo o que for aplicável.

Confirmando que li, concordo com a informação fornecida e pretendo avançar com a participação no estudo.

Grupo I

Caracterização sociodemográfica

3. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

4. Idade (em anos): *

5. Tempo de serviço militar (em anos): *

6. Escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

Licenciatura

Pós-graduação/MBA

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

7. Função ocupada atualmente: *

Marcar apenas uma oval.

Gestor de Projeto/Programa

Cargo Diretivo/Gestor de Recursos

Assessor

Outra

8. Se respondeu "Outra" na questão anterior, qual é a função ocupada no momento?

9. Grupo no qual melhor se enquadra *

Marcar apenas uma oval.

Tenho experiência na área de orçamento

Tenho experiência na área de Programas Estratégicos

Outra: _____

10. Endereço de E-mail: *

Grupo II

Um diagnóstico do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea(PrgEEDAe)

11. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o diagnóstico/situação do PrgEE DA Ae: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
O PrgEE DAAe é vital para a defesa do território brasileiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Cronograma do PrgEE DA Ae está atrasado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há necessidade de mais recursos orçamentários para impulsionar o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há recursos, no entanto, o Brasil não dispõe de tecnologia para desenvolver o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Brasil não dispõe de recursos, tão pouco tecnologia para impulsionar o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Exército Brasileiro tem disponibilidade de recursos para desenvolver os 7 Programas do Subportifólio Defesa da Sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dentre os Programas Estratégicos do Exército, o PrgEE DA Ae é prioridade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Na falta de recursos orçamentários, indique a prioridade na alocação de créditos nos Programas a seguir: *

Marcar tudo o que for aplicável.

	Prioridade 01	Prioridade 02	Prioridade 03	Prioridade 04	Prioridade 05	Prioridade 06	Prioridade 07
Astros	<input type="checkbox"/>						
Aviação	<input type="checkbox"/>						
Cibernética	<input type="checkbox"/>						
Defesa Antiáerea	<input type="checkbox"/>						
Guarani	<input type="checkbox"/>						
Proteger	<input type="checkbox"/>						
Sisfron	<input type="checkbox"/>						

13. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o diagnóstico/situação do PrgEE DA Ae: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
A Artilharia de Média Altura é a parte do programa que mais necessita ser impulsionada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A contratação para aquisição da Artilharia de Média Altura deverá ser firmada com país, com o qual o Brasil tenha uma parceria estratégica, a fim de ter efetividade na transferência de tecnologia, bem como acesso a taxas financeiras mais baixas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há interesse do mercado internacional em transferir tecnologia para o Brasil no âmbito do PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há disposição no mercado internacional de conceder crédito para o financiamento do PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há empresas nacionais capazes de receber a tecnologia a ser transferida no PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo III

Avaliação da viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae

14. A Força Aérea Brasileira(FAB) está adquirindo aeronaves Gripen da empresa sueca SAAB, por intermédio de um contrato que prevê transferência de tecnologia para empresas brasileiras. Este contrato comercial é suportado financeiramente por uma Operação de Crédito Externo. Tomando como referência esta aquisição, responda as perguntas sobre a viabilidade de um contrato similar para impulsionar o PrgEE DA Ae. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o assunto:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
A compra da aeronave GRIPEN é um caso de sucesso na aquisição de Produtos de Defesa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O modelo de aquisição do Gripen é ideal para impulsionar o PrgEE DA Ae, por proporcionarem recursos e tecnologia necessária ao Programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A OCE é uma solução para o PrgEE DA Ae, por proporcionar uma continuidade de recursos, evitando atrasos no cronograma do Programa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A aquisição com transferência de tecnologia permite reduzir os altos custos de desenvolvimento de Produtos de Defesa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mesmo com o risco cambial, ainda é interessante montar uma OCE para PrgEE DA Ae, devido aos benefícios que esta operação de crédito trará para o Programa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo IV

Percepção do cenário econômico atual para o iniciar uma contratação internacional

15. O Brasil nos últimos anos tem tido déficit primário, levando a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, a qual limitou o aumento dos gastos públicos. Tal fato vem dificultando o andamento dos Programas Estratégicos das Forças Armadas. Dito isso e utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o assunto:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
Mesmo em cenário de ajuste fiscal, é importante para a Defesa do Brasil seguir com o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma Operação de crédito Externo para impulsionar o PrgEE DA Ae é uma solução para a falta de recursos do Tesouro Nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O cenário econômico atual não favorece uma contratação de OCE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A OCE impõe ao Governo Federal um compromisso internacional, que normalmente é honrado. Tal fato proporcionará ao PrgEE DA Ae um tratamento orçamentário distinto, minimizando cortes e contingenciamentos no crédito do Programa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É possível uma transposição de recursos entre Programas Estratégicos do Exército, para no caso de contingenciamento financeiro, priorizar o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Exército Brasileiro deve se preparar para estar em condições de lançar uma OCE para o PrgEE DA Ae, assim que o cenário fiscal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
melhorar. A Força Aérea e a Marinha do Brasil estão recebendo mais recursos para investimento por terem Operações de Crédito Externo, suportando seus projetos estratégicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo V

Capacidade de o Exército Brasileiro conduzir uma contratação internacional

16. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o assunto: *
- Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
O Exército Brasileiro tem, hoje, uma estrutura capaz de conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Exército Brasileiro, hoje, tem pessoal capacitado para conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há necessidade de contratar um profissional experiente para ajudar na montagem e execução da referida contratação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. Aponte qual órgão, dentro da atual estrutura do EB, que deveria conduzir uma contratação internacional relacionada aos Programas Estratégicos do Exército.
- _____

Observações/Sugestões:

18. Por fim, com a finalidade de cooperar de uma forma mais intensiva, o(a) Sr.(a) poderá usar este campo para indicar algum aspecto que não tenha sido abordado durante o preenchimento do questionário e entenda relevante.

Grupo I

Caracterização sociodemográfica

19. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

20. Idade (em anos): *

21. Tempo de serviço militar (em anos): *

22. Escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

- Licenciatura
 Pós-graduação/MBA
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-Doutorado

23. Função ocupada atualmente: *

Marcar apenas uma oval.

- Gestor de Projeto/Programa
 Cargo Diretivo/Gestor de Recursos
 Assessor
 Outra

24. Se respondeu "Outra" na questão anterior, qual é a função ocupada no momento?

25. Grupo no qual melhor se enquadra *

Marcar apenas uma oval.

- Tenho experiência na área de orçamento
- Tenho experiência na área de Programas Estratégicos
- Outra: _____

26. Endereço de E-mail: *

Grupo II

Um diagnóstico do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea(PrgEEDAe)

27. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o diagnóstico/situação do PrgEE DA Ae: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
O PrgEE DAAe é vital para a defesa do território brasileiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Cronograma do PrgEE DA Ae está atrasado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há necessidade de mais recursos orçamentários para impulsionar o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há recursos, no entanto, o Brasil não dispõe de tecnologia para desenvolver o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Brasil não dispõe de recursos, tão pouco tecnologia para impulsionar o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Exército Brasileiro tem disponibilidade de recursos para desenvolver os 7 Programas do Subportifólio Defesa da Sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dentre os Programas Estratégicos do Exército, o PrgEE DA Ae é prioridade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28. Na falta de recursos orçamentários, indique a prioridade na alocação de créditos nos Programas a seguir: *

Marcar tudo o que for aplicável.

	Prioridade 01	Prioridade 02	Prioridade 03	Prioridade 04	Prioridade 05	Prioridade 06	Prioridade 07
Astros	<input type="checkbox"/>						
Aviação	<input type="checkbox"/>						
Cibernética	<input type="checkbox"/>						
Defesa Antiáerea	<input type="checkbox"/>						
Guarani	<input type="checkbox"/>						
Proteger	<input type="checkbox"/>						
Sisfron	<input type="checkbox"/>						

29. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o diagnóstico/situação do PrgEE DA Ae: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
A Artilharia de Média Altura é a parte do programa que mais necessita ser impulsionada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A contratação para aquisição da Artilharia de Média Altura deverá ser firmada com país, com o qual o Brasil tenha uma parceria estratégica, a fim de ter efetividade na transferência de tecnologia, bem como acesso a taxas financeiras mais baixas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há interesse do mercado internacional em transferir tecnologia para o Brasil no âmbito do PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há disposição no mercado internacional de conceder crédito para o financiamento do PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há empresas nacionais capazes de receber a tecnologia a ser transferida no PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo III

Avaliação da viabilidade de um contrato similar ao Gripen aplicado no PrgEE DA Ae

30. A Força Aérea Brasileira(FAB) está adquirindo aeronaves Gripen da empresa sueca SAAB, por intermédio de um contrato que prevê transferência de tecnologia para empresas brasileiras. Este contrato comercial é suportado financeiramente por uma Operação de Crédito Externo. Tomando como referência esta aquisição, responda as perguntas sobre a viabilidade de um contrato similar para impulsionar o PrgEE DA Ae. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o assunto:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
A compra da aeronave GRIPEN é um caso de sucesso na aquisição de Produtos de Defesa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O modelo de aquisição do Gripen é ideal para impulsionar o PrgEE DA Ae, por proporcionarem recursos e tecnologia necessária ao Programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A OCE é uma solução para o PrgEE DA Ae, por proporcionar uma continuidade de recursos, evitando atrasos no cronograma do Programa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A aquisição com transferência de tecnologia permite reduzir os altos custos de desenvolvimento de Produtos de Defesa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mesmo com o risco cambial, ainda é interessante montar uma OCE para PrgEE DA Ae, devido aos benéficos que esta operação de crédito trará para o Programa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo IV

Percepção do cenário econômico atual para o iniciar uma contratação internacional

31. O Brasil nos últimos anos tem tido déficit primário, levando a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, a qual limitou o aumento dos gastos públicos. Tal fato vem dificultando o andamento dos Programas Estratégicos das Forças Armadas. Dito isso e utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o assunto:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
Mesmo em cenário de ajuste fiscal, é importante para a Defesa do Brasil seguir com o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma Operação de crédito Externo para impulsionar o PrgEE DA Ae é uma solução para a falta de recursos do Tesouro Nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O cenário econômico atual não favorece uma contratação de OCE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A OCE impõe ao Governo Federal um compromisso internacional, que normalmente é honrado. Tal fato proporcionará ao PrgEE DA Ae um tratamento orçamentário distinto, minimizando cortes e contingenciamentos no crédito do Programa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É possível uma transposição de recursos entre Programas Estratégicos do Exército, para no caso de contingenciamento financeiro, priorizar o PrgEE DA Ae	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Exército Brasileiro deve se preparar para estar em condições de lançar uma OCE para o PrgEE DA Ae, assim que o cenário fiscal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
melhorar. A Força Aérea e a Marinha do Brasil estão recebendo mais recursos para investimento por terem Operações de Crédito Externo, suportando seus projetos estratégicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo V

Capacidade de o Exército Brasileiro conduzir uma contratação internacional

32. Utilizando a escala a seguir apresentada, selecione uma opção referente a cada afirmação, de acordo com o seu grau de concordância sobre o assunto: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Fortemente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente	Sem Opinião
O Exército Brasileiro tem, hoje, uma estrutura capaz de conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Exército Brasileiro, hoje, tem pessoal capacitado para conduzir uma contratação internacional, similar ao do caso Gripen	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há necessidade de contratar um profissional experiente para ajudar na montagem e execução da referida contratação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

33. Aponte qual órgão, dentro da atual estrutura do EB, que deveria conduzir uma contratação internacional relacionada aos Programas Estratégicos do Exército.

Observações/Sugestões:

34. Por fim, com a finalidade de cooperar de uma forma mais intensiva, o(a) Sr.(a) poderá usar este campo para indicar algum aspecto que não tenha sido abordado durante o preenchimento do questionário e entenda relevante.

Com tecnologia

